

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ALESSANDRA CAETANO DA SILVA

**UM ESTUDO SOBRE A FUNCIONALIDADE, POTENCIALIDADE E
DIFICULDADES VIVIDAS E SENTIDAS PELOS GESTORES, DOCENTES E
ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): EXPERIÊNCIA
DE UMA ESCOLA PÚBLICA**

Tramandaí
2022

ALESSANDRA CAETANO DA SILVA

**UM ESTUDO SOBRE A FUNCIONALIDADE, POTENCIALIDADE E
DIFICULDADES VIVIDAS E SENTIDAS PELOS GESTORES, DOCENTES E
ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): EXPERIÊNCIA
DE UMA ESCOLA PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para conclusão do curso de Pedagogia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, realizado sob orientação da Prof^a Dr^a Elisete Enir Bernardi Garcia, e coorientação do Prof^o Paulo Sérgio da Silva.

Tramandaí
2022

CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Alessandra
UM ESTUDO SOBRE A FUNCIONALIDADE, POTENCIALIDADE E
DIFICULDADES VIVIDAS E SENTIDAS PELOS GESTORES,
DOCENTES E ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
(EJA): EXPERIÊNCIA DE UMA ESCOLA PÚBLICA / Alessandra
Silva. -- 2022.

65 f.

Orientadora: Elisete Garcia.

Coorientadora: Paulo Silva.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus
Litoral Norte, Licenciatura em Pedagogia, Tramandai,
BR-RS, 2022.

1. Modalidade EJA.. 2. Escola pública.. 3.
Políticas Públicas.. I. Garcia, Elisete, orient. II.
Silva, Paulo, coorient. III. Título.

ALESSANDRA CAETANO DA SILVA

**UM ESTUDO SOBRE A FUNCIONALIDADE, POTENCIALIDADE E
DIFICULDADES VIVIDAS E SENTIDAS PELOS GESTORES, DOCENTES E
ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): EXPERIÊNCIA
DE UMA ESCOLA PÚBLICA**

Data de aprovação: 12 de dezembro de 2022.

Banca examinadora

Prof. Dr. André Boccasius Siqueira

UFRGS

Profa. Me. Carla Luz Salaibb Dotta (membro externo)

DEDICATÓRIA

Esse trabalho de conclusão representa o fim de um ciclo, e certamente o início de um outro. O processo não é fácil, e constitui-se num período de muita dedicação, abdições, preocupações e descobertas. Porém, ainda assim, quero, nestas poucas linhas, deixar registrados meus agradecimentos e homenagens àqueles que me foram tão especiais neste momento.

O TCC, em geral, se constitui numa escrita solitária. Porém, não considero dessa forma, pois, embora a escrita fosse minha, devo muito à ajuda de minha família que, mesmo sem compreender o que tanto escrevi – como dizem, “um trabalho sem fim”-, me acompanharam nesse processo, sempre com palavras permeadas de incentivo e, por essas palavras, quero agradecer. Obrigada à Minha mãe, a melhor de todas, Valmira Caetano e à minha sobrinha, Nicole Caetano, fruto da UFRGS assim como eu, viraram minha inspiração para os estudos e, por fim, meu amor, Ciro Batillana, foi meu porto seguro.

Não poderia deixar de fora de meus agradecimentos três colegas especiais, que me acompanharam nessa caminhada. Grata ao colega André Rosa, que mesmo tendo interrompido essa etapa, esteve presente em boa parte da jornada de estudos, sempre com sua calma e conhecimento. Meus agradecimentos às colegas Sandra Bergold e Tais Pereira Pinto, pela cumplicidade, parceria e amizade, sempre acolhendo as minhas angústias e dúvidas durante minha trajetória acadêmica.

Nessa caminhada, tive o prazer de conhecer alguns professores e tutores especiais. Paulo Sérgio da Silva, meu coorientador dessa pesquisa, é um deles. Agradeço por todo conhecimento transmitido, e agradeço à minha querida professora orientadora, Elisete Enir Bernardi Garcia, que me ajudou muito, transmitindo seus conhecimentos, sempre com tranquilidade e paciência, sendo como uma fonte de inspiração para mim por amar o que faz, e fazer com excelência. Tens, professora, toda a minha admiração e respeito.

“Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes” (FREIRE, 2000, p. 33).

RESUMO

Este trabalho de pesquisa desenvolveu um estudo a sobre a Educação de Jovens e Adultos, levantando informações para conhecermos melhor o perfil do público-alvo, bem como o funcionamento de uma escola que atende na modalidade EJA, com seus desafios e dificuldades. A pesquisa foi realizada em uma escola no município de São Leopoldo/RS e, como procedimentos metodológicos, buscou suporte na dimensão da pesquisa qualitativa de modo exploratório (pesquisa documental, observação participante, questionário e entrevista em forma de conversa com os discentes; entrevista com os docentes) e revisão bibliográfica. Os teóricos que embasaram as pesquisa foram: Paulo Freire, Miguel Arroyo, Moacir Gadotti e Elisete E. Bernardi Garcia. Essa pesquisa visou contribuir para reflexões sobre a importância da modalidade de ensino na formação social dos estudantes, as práticas escolares, metodologias mais assertivas e atrativas, especificidades, e a necessidade de políticas públicas voltada para esse público, para que, de fato, esses cidadãos possam se sentir inseridos na sociedade. A pesquisa traz resultados que endossam a necessidade de melhorias na educação de jovens e adultos, mediante ações conjuntas entre sociedade civil e Estado.

Palavras-chave: 1. Modalidade EJA; 2. Escola pública; 3. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This research work developed a study on Youth and Adult Education, gathering information to better understand the profile of the target audience, as well as the functioning of a school that serves the EJA modality, with its challenges and difficulties. The research was carried out in a school in the city of São Leopoldo/RS and, as methodological procedures, sought support in the dimension of qualitative research in an exploratory way (documentary research, participant observation, questionnaire and interview in the form of a conversation with the students; interview with teachers) and bibliographic review. The theorists who supported the research were: Paulo Freire, Miguel Arroyo, Moacir Gadotti and Elisete E. Bernardi Garcia. This research aimed to contribute to reflections on the importance of the teaching modality in the social formation of students, school practices, more assertive and attractive methodologies, specificities, and the need for public policies aimed at this public, so that, in fact, these citizens can feel included in society. The research brings results that endorse the need for improvements in youth and adult education, through joint actions between civil society and the State.

Keywords: 1. EJA Modality; 2. Public School; 3. Public Policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1- DADOS GERAIS DO TCC: FOTOGRAFIA DA PESQUISA	12
TABELA 1- CARACTERÍSTICAS DOS 16 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	40
GRÁFICO 1 - TOTAL TRABALHADORES.....	41
GRÁFICO 2 - TIPO DE TRABALHO	41
TABELA 2 - TEMPO AFASTAMENTO	41
TABELA 3 – CAUSAS DO ABANDONO	42
TABELA 4 - MAIORES DIFICULDADES.....	43
TABELA 5 - MELHORIAS DA ESCOLA E/OU AULAS	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNE	Conselho Nacional da Educação
CEB	Câmara de Educação Básica
CONAE	Conferência Nacional de Educação
EAD	Educação a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LUME	Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
NR	Normas Regulamentadoras
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade EJA
PT	Partido dos Trabalhadores
SEMAE	Serviço Municipal de Água e Esgoto
SMED	Secretária Municipal de Educação
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	16
1.1 Legislações e Concepções da EJA.....	166
1.2 Desafios e importância da modalidade EJA.....	233
CAPÍTULO 2	26
2.1 Revisão de Literatura.....	26
2.2 Metodologia.....	27
CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DOS DADOS E REFLEXÃO SOBRE A PESQUISA	29
3.1 Breve História da EJA em São Leopoldo.....	29
3.2 Contexto da Pesquisa.....	33
3.3 A visão dos docentes sobre a EJA.....	34
3.4 Abandono e evasão escolar	38
3.5 Estudantes: quem são e o que dizem sobre a EJA?	39
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	51
APÊNDICE A – RESUMOS DAS REVISÕES DE LITERATURA	55
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO	62
APÊNDICE C – ENTREVISTA COM OS DOCENTES	63
ANEXO A – TECLE	64

INTRODUÇÃO

QUADRO 1- DADOS GERAIS DO TCC: FOTOGRAFIA DA PESQUISA

Título	Um estudo sobre a funcionalidade, potencialidade e dificuldades vividas e sentidas pelos gestores, docentes e estudantes da educação de jovens e adultos (EJA): experiência de uma escola pública
Questão de pesquisa	Quais os desafios e qual a importância da modalidade EJA, sentida pelos gestores, educadores e educandos de uma escola pública?
Objetivos	Conhecer o funcionamento da EJA em uma escola municipal e compreender a importância da Educação de Jovens e Adultos como possibilidade para o enfrentamento da exclusão social no Brasil.
Teorização (principais autores)	A pesquisa tem como base a pedagogia de Paulo Freire; Miguel Arroyo e Moacir Gadotti, assim como a participação da Prof Dra. Elisete Garcia, entre outros autores.
Materiais de análise e instrumentos metodológicos	Pesquisa Qualitativa Exploratória (pesquisa documental, observação participante, questionário e entrevista em forma de conversa com os discentes, e entrevista com os docentes) e revisão bibliográfica.
Principais achados do estudos relativos a escola pesquisada	Do total dos estudantes pesquisados da EJA , 63,35% são mulheres, e elas representam o maior número no que diz respeito à evasão escolar. As idades dos estudantes variam de 16 a 53 anos. Os dados indicam que, dos estudantes que frequentam a EJA, 62,5% estavam afastados da escola por até 3 anos, 25% possuíam idade acima de 20 anos e 12,5% trocaram de turno. Os estudantes que trabalham representam 62% da totalidade, e 50% deles são responsáveis pela renda principal da família, enquanto os outros 50% trabalham para suprir suas despesas de caráter pessoal. O trabalho é a maior causa para o abandono dos estudos, representando 37,5%.

FONTE: Dados da Pesquisa (2022)

Este trabalho refere-se a uma investigação que tem por tema a Educação de Jovens e Adultos e sua importância enquanto modalidade de ensino. Tem como objetivo geral entender a funcionalidade, potencialidade e dificuldades vividas e sentidas pelos gestores, docentes e estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de uma escola pública municipal da cidade de São Leopoldo, pertencente ao Rio Grande do Sul – Brasil.

O tema escolhido para este estudo surgiu durante o período da graduação, no componente curricular de EJA e, posteriormente, obtive¹ a confirmação do desejo de realizar essa pesquisa no momento que tive oportunidade de observar uma turma desta modalidade. O tema me desperta interesse, por se tratar de algo que envolve cidadania e políticas públicas e também pelo desejo que tenho de futuramente atuar nessa modalidade.

A justificativa desse estudo se dá também pela importância que a EJA tem para a garantia da inclusão e o direito educacional das pessoas, pois a EJA é uma modalidade de ensino que busca oferecer oportunidade para as pessoas jovens e adultas que não tiveram acesso à escola ou a chance de completar os estudos, por motivos diversos, na idade considerada a mais indicada pelos fluxos sequenciais de ensino.

Na concepção de Freire (1996), a educação deveria ser um pilar para a formação plena do ser humano, como uma oportunidade de se atualizar permanentemente, pois a vida está em constante transformação. Os educandos e educadores deveriam estar em constante processo de formação humana em defesa da igualdade, da justiça social e de uma vida melhor para todos. Infelizmente, esse ideário defendido por Freire está longe de ser concretizado nos espaços escolares, pois vivenciamos nos últimos anos retiradas dos direitos educacionais, como fechamento de escolas, fechamento de turmas de EJA, corte de verbas para a educação, cortes de bolsas de pesquisa entre outros.

Segundo Tiburi² (2019), a educação introduz todas as pessoas em processos sociais, trazendo esclarecimento para a sociedade, e a crítica é uma forma de

¹ A Pesquisa foi construída através de relatos de muitas pessoas e conta também com a motivação pessoal da pesquisadora, por isso, pode ser escrita em primeira pessoa.

² Márcia Angelita Tiburi é uma filósofa, artista plástica, professora universitária, escritora e política brasileira.

conhecimento, pois “a crítica, como capacidade de análise e fundamentação, é o aspecto fundamental transmitido pela educação” (2019, s/p). Nesse sentido, lutar pelos direitos adquiridos da educação, em todos os seus níveis, se faz necessário no enfrentamento à opressão, e no entendimento de que, através dela, a sociedade pode tornar-se questionadora e argumentativa.

Ainda conforme Tiburi (2019) aponta em sua coluna, no site UOL³, existe a necessidade da luta pela educação contra a barbárie, por qualquer governo que faça do ódio ferramenta de “força política”.

Por isso, é evidente que um governo que instaura a barbárie, busque, com todas as suas misérias cognitivas, humilhar e destruir a educação como um todo, da educação básica à universidade, da pesquisa ao decoro que sustenta a civilidade nas redes e na vida civil. Agora é a educação que é a vítima do ódio. É inclusive a educação como sinônimo de respeito pelo próximo, o que se odeia. O ódio ao conhecimento, ao entendimento, à lógica, à lucidez, à crítica, aos professores de filosofia e aos intelectuais, aos agentes da cultura, à ciência e à arte é movido por quem quer destruir a educação, justamente porque, em havendo educação, não haveria espaço para tanto ódio. Não haveria um governo do ódio. O ódio que, porventura, viesse a existir, seria elaborado, trabalhado, compreendido e transformado. (2019, s/p).

Freire também nos ajuda a entender a importância de viver numa sociedade democrática, que respeita a integridade da vida do ser humano e de todos os seres vivos que habitam o planeta:

Não é possível atuar em favor da igualdade, do respeito ao direito, à voz, à participação, à reinvenção do mundo, num regime que negue a liberdade de trabalhar, de comer, de falar, de criticar, de ler, de discordar, de ir e vir, a liberdade de ser. (FREIRE, 2002, p.193).

A pesquisa busca, ainda, elementos para afirmar que a educação é uma condição de direito e de participação na sociedade e que, sendo assim, a modalidade EJA tem papel fundamental para o enfrentamento da exclusão social e para o rompimento da negação do direito à educação para os jovens, adultos e idosos. Desta forma, ela é um canal importante de inclusão social e de fortalecimento das ações educativas, assim como de possibilidades de estabelecer práticas e processos educativos protagonizados pelos sujeitos que fazem acontecer a EJA no seu cotidiano.

Nesse sentido, delineamos o problema de pesquisa e os objetivos:

³ Texto, intitulado: “Educação após Bolsonaro”, em sua coluna no site UOL, <https://revistacult.uol.com.br/home/educacao-apos-bolsonaro/>. Acesso em 14 nov.2022

Problema de pesquisa: Quais os desafios e qual a importância da modalidade EJA, sentida pelos gestores, educadores e educandos de uma escola pública?

Objetivo Geral: conhecer o funcionamento da EJA em uma escola municipal e compreender a importância da Educação de Jovens e Adultos como possibilidade para o enfrentamento da exclusão social no Brasil.

Objetivos específicos:

- a) compreender a finalidade da EJA;
- b) conhecer a história da escola e sua relação com a EJA.

Além da introdução acima, que contemplou a justificativa, os objetivos e problema da pesquisa, o texto apresentará temáticas como Legislações e Concepções da EJA, Revisão de literatura, Metodologia e Resultados da Pesquisa.

Por fim, apresento as considerações finais, esperando de alguma forma contribuir no que tange à temática, trazendo reflexões dos envolvidos na prática pedagógica para reforçar a importância da educação de jovens e adultos, como contribuição social.

CAPÍTULO 1

1.1 Legislações e Concepções da EJA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), é compreendida como processo de inclusão de e enfrentamento da exclusão social, que busca recompensar os direitos historicamente negados a esse grupo populacional. Conhecer o percurso da nossa educação, sob aspectos históricos, possui relevância para que tenhamos uma visão analítica, de modo a problematizar o recorrente problema da educação.

Dessa forma, entender a gênese do processo histórico é necessário para que se perceba a complexidade do contexto:

A Educação de Jovens e Adultos vem contribuir para a igualdade social numa sociedade onde o código escrito ocupa lugar privilegiado, onde a leitura e a escrita são bens relevantes e o não acesso a eles, impede o atingimento da cidadania plena; vem reparar o direito a escola de qualidade e o reconhecimento da igualdade do ser humano na sociedade (SCHEIBEL e LEHENBAUER, 2006, p. 69).

No século XIX, institui-se que as camadas inferiores da sociedade fossem incluídas no processo de escolarização, com uma organização curricular diferenciada, sendo, então, inclusas as mulheres que eram impedidas de serem escolarizadas. Vale ressaltar que o processo de escolarização funcionava como uma espécie de ação filantrópica, ou seja, "qualquer pessoa de 'boa vontade', com 'paciência' e 'espírito missionário' pode se tornar um alfabetizador" (GALVÃO; SOARES, 2006, p.53).

Na segunda metade do século XIX, segundo Galvão e Soares (2005, p. 261), ocorreu uma união entre associações de diversos intelectuais, com o objetivo de fomentar ações para enfrentamento do analfabetismo. Apesar da liberdade e autonomia, as associações não tinham "políticas nacionais e centralizadas de educação", sendo que cada província elaborava seu "plano", e com isso, havia uma variação de políticas regionais.

A Associação Brasileira de Educação, surgiu em 1915, da união das associações das províncias, com a intenção da ampliação de um sistema educacional que atendesse todo o território nacional. A principal preocupação nesse período era conectar a alfabetização com princípios para a formação moral, pois havia um receio de que a falta dessa formação contribuísse para uma anarquia social. Esse fato

amedrontava os sujeitos das camadas mais escolarizadas da sociedade, conforme aponta os escritos de Galvão e de Soares (2004):

que a alfabetização de todos os sujeitos até o momento considerados “ignorantes e incultos”, que se contentavam com as ocupações inferiores, causaria a busca por outras coisas e situações, assim como poderiam almejar trabalhar em cargos públicos, fato esse que assustava e preocupava os sujeitos mais escolarizados da sociedade.(2004, p.49)

A educação básica demarcou seu lugar na história da educação gratuita, conforme citação abaixo:

Neste período, a sociedade brasileira passava por grandes transformações, associadas ao processo de industrialização e concentração populacional em centros urbanos. A oferta de ensino básico gratuito estendia-se consideravelmente, acolhendo setores sociais cada vez mais diversos. (BRASIL, 2001, p. 19)⁴.

O século XX ficou registrado como um marco da história da escolarização dos adultos de forma muito ampla. Segundo Garcia (2011), esse período teve o objetivo de “caracterizar duas grandes correntes: uma que objetivava atender aos interesses desenvolvimentistas - necessidades de sociabilidade (reintegração social) do próprio capital”, e a outra corrente compreendia que “a educação era entendida como direito de cidadania, e essa linha de ação exigia a responsabilidade do Estado em assumir a educação”

Ainda de acordo com o autora:

o direito do cidadão ficava subsumido ao dever de esse educar-se. A outra corrente entendia a educação como direito de cidadania, e essa linha de ação exigia a responsabilidade do Estado em assumir a educação. Entre as ações, destaca-se a grande quantidade de Campanhas de Alfabetização de Adultos e diferentes ações e iniciativas regionalizadas criadas pelos sistemas de ensino. (GARCIA, 2011, p.43).

Na década de 60, o educador Paulo Freire apresenta uma nova concepção de alfabetização para adultos, tornando-se referência na Educação de Jovens e Adultos.

Muitas campanhas foram criadas entre os anos de 1940 a 1950, estas perduraram até o início dos anos 60. A EJA tem seu marco na história na década de 60, quando há uma grande mobilização da sociedade em busca das reformas de base, é quando surge uma nova concepção de pedagogia de alfabetização baseada em Paulo Freire (MOREIRA, 2014, p.19).

⁴Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/propostacurricular/primeirosegmento/propostacurricular.pdf> . Acesso em: 27 jan. 2023.

Nesse modelo educacional, Freire (2020), defendia o direito à educação, assim como ressaltava a importância de formar sujeitos críticos. A proposta de Paulo Freire visava superar a ideia das práticas de alfabetização que objetivavam apenas decifrar o que se lê, transitando para a compreensão e leitura do mundo.

Isto porque a leitura da palavra é sempre precedida da leitura do mundo. E aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade. Adernais, a aprendizagem da leitura e a alfabetização são atos de educação e educação é um ato fundamentalmente político. Paulo Freire reafirma a necessidade de que educadores e educandos se posicionem criticamente ao vivenciarem a educação, superando as posturas ingênuas ou “astutas”, negando de vez a pretensa neutralidade da educação. (FREIRE, 2004, p. 7).

O educador frisava que parte do processo de alfabetização precisava contribuir para a construção da autonomia do sujeito.

Pensávamos numa alfabetização que fosse ao mesmo tempo um ato de criação, capaz de gerar outros atos criadores; uma alfabetização na qual o homem, que não é passivo nem objeto, desenvolvesse a atividade e a vivacidade da invenção e da reinvenção, características dos estados de procura (FREIRE, 1979, p. 16).

Trata-se de uma pedagogia que aponta para diálogo, por meio da qual o educando e o educador devem interagir, criando uma conexão, com propósito de uma consciência crítica. De acordo com Gadotti (1994), a construção da relação professor e aluno, busca uma pedagogia humanista.

O diálogo preconizado por Freire é uma relação horizontal, oposta ao elitismo. Nutre-se de amor, humildade, esperança, fé e confiança. Na relação dialógica-educadora parte-se sempre da realidade do educando, dos conhecimentos e da experiência dele, para construir a partir daí o conhecimento novo, uma cultura vinculada aos seus interesses e não à cultura das elites. (GADOTTI, 1994, p.27).

Mas, logo em 1964, com o golpe militar, a didática de Freire passou longe das escolas. Em 1967, o governo criou o programa conservador chamado Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização)⁵, cuja concepção era esvaziada de senso crítico, sem conteúdo enquanto emancipação do sujeito. Percebe-se que a implantação do modelo educacional, baseava-se em um ensino mecânico, contrário à didática de Freire.

⁵ BRASIL - Movimento Brasileiro de Alfabetização. Assessoria de Organização e Métodos. MOBREAL: Sua Origem e Evolução. Rio de Janeiro, 1973. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/mobreal-movimento-brasileiro-de-alfabetizacao/>. Acesso em 13.nov.2022.

A autodesvalia é outra característica dos oprimidos. Resulta da introjeção que fazem eles da visão que deles tem os opressores. De tanto ouvirem de si mesmos que são incapazes, que não sabem nada, que não podem saber, que são enfermos, indolentes, que não produzem em virtude de tudo isto, terminam por convencer de sua “incapacidade”. Falam de si como os que não sabem e do “doutor” como o que sabe e a quem devem escutar. Os critérios de saber que lhe são impostos são os convencionais. (FREIRE, 2005, p.56).

O programa visava apenas diminuir índices de analfabetismo em tempo ágil. Com a extinção do Mobral, e com a mudança no cenário político do Brasil, surgiram novas ações no âmbito da educação e, no decorrer do tempo, alguns direitos foram reestabelecidos e garantidos pela legislação.

Cabe ressaltar que, independente dos motivos que os jovens e adultos a afastaram-se da escola ou da conclusão dos estudos relativos à educação básica, os jovens, adultos e idosos têm seu direito assegurado pela Constituição Federal de 1988, quando esta afirma que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, artigo 5º). E, no artigo Art. 208, trata sobre “I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria” (NR) (Emenda Constitucional Nº 59, de 11 de novembro de 2009).

Além do direito estabelecido pela Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, em seu Art. 4º, dispõe (nos incisos I, IV, VII e XI) que o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio;(Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

XI – alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos. [\(Incluído pela Lei nº 14.407, de 2022\)](#) (BRASIL, 1996).

Ainda, referente ao direito a EJA, o Artigo 5º da LDB traz que a educação básica é obrigatória e é direito público subjetivo, sendo, portanto, dever do Estado assegurar sua oferta e condições de permanência aos sujeitos. Além disso, é dever do Estado recensear e fazer chamada pública, garantido o acesso a escolarização. Determina, ainda, que o poder público deverá criar formas alternativas de acesso à escolarização, independentemente da situação escolar anterior:

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigí-lo.

I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica; ([Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013](#))

II - fazer-lhes a chamada pública.

§5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

(Brasil, 1996, Art. 5º; inciso I, II e Parágrafo 5º).

Ainda, nessa linha que busca mapear o que determina a LDB, trouxemos também para compor esse conjunto de artigos o Parágrafo 2º do Artigo 24, pela sua importância ao prescrever que as condições de ensino devem ser adequadas ao educando:

§ 2º Os sistemas de ensino disporão sobre a oferta de educação de jovens e adultos e de ensino noturno regular, adequado às condições do educando, conforme o inciso VI do art. 4º. ([Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017](#)).

Além destes artigos acima mencionados, destacamos a Seção V da LDB, intitulada “Educação de Jovens e Adultos”. Nessa seção, destacamos o art. 37, Parágrafos I e II que especificam a quem se destina a EJA, constituindo-a um instrumento para a educação e aprendizagem ao longo da vida, ressaltando a importância de a modalidade oportunizar propostas educacionais que configurem as características dos educandos, seus interesses e suas condições de vida e de trabalho:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018).

§1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

O Artigo 38 da LDB (9394/96) define que “os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular”. As idades para a modalidade EJA estão também definidas nesse artigo, ou seja, para os maiores de quinze anos, é possível ingressar no ensino fundamental e, para maiores de dezoito, é possível ingressar no ensino médio.

Tendo como referência o preceito da LEI (9394/96) mencionado acima, nesse texto, podemos dizer que a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de inclusão social, que traz possibilidades de elevação de escolaridade e de educação permanente para jovens, adultos e idosos.

[...] avançaremos se nos aproximarmos da história da EJA, reconhecendo essa história como parte da história da educação. Não negando, mas incorporando seu legado. Reinventando formas possíveis de garantir o direito à educação na especificidade das trajetórias vividas pelos setores populares. (ARROYO 2005, p. 46-47).

A EJA, em conformidade com o PARECER CNE 11/2000, tem a função de ser reparadora, equalizadora e qualificadora. O sentido da reparação é a busca da reintegração dos sujeitos jovens e adultos no sistema educacional, contribuindo para o restabelecimento do seu direito civil.

[...] o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano. Desta negação, evidente na história brasileira, resulta uma perda: o acesso a um bem real, social e simbolicamente importante. (BRASIL. 2000, p. 7)⁶.

Sua função de equalizar visa a um recomeço, trazendo suporte para aqueles que tiveram que interromper os estudos.

A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação. Para tanto, são necessárias mais vagas para estes "novos" alunos e "novas" alunas,

⁶ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf . Acesso em: 28 jan. 2023.

demandantes de uma nova oportunidade de equalização. (BRASIL. 2000, p.9).

A função qualificadora da EJA pode ser entendida como o permanente reconhecimento do direito de aprender em qualquer estágio da vida, além do reconhecimento de que educação é um processo constante, que visa a formação integral do ser humano, capacitando-o para agir e contribuir na sociedade que vive.

Esta tarefa de propiciar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida é a função permanente da EJA que pode se chamar de qualificadora. Mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA. Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares. Mais do que nunca, ela é um apelo para a educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade. (BRASIL. 2000, p. 11).

Através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996), a EJA começa a ganhar mais visibilidade. Para erradicar o analfabetismo no Brasil, o Governo Federal criou uma secretaria especial, além do Programa Brasil Alfabetizado, que inseriu a EJA nas pautas de políticas públicas de Educação. Neste sentido, corrobora Paulo Freire ao defender que a educação deve ser emancipadora, baseada na democracia e na liberdade, sendo capaz de dar voz às classes dominadas, através do diálogo entre educador e educando.

Segundo a Constituição Federal, conforme o Art. 205, retomado pelo art.2º da LDB/9.394/96, “toda e qualquer forma de educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa”. Logo, a orientação da implementação nos sistemas educacionais, advém de forma informal, ligada diretamente aos movimentos sociais, com panoramas emancipatórias, filosófico e estrutural.

Neste sentido, cabe destacar, conforme legislação aqui analisada, que, historicamente o direito à educação é fruto de um direito negado desde o primeiro tempo escolar - que ocorre na infância - é um exercício democrático permanente, de muita luta e engajamento registrados em nossa história, onde trazemos em nossa caminhada períodos de negação e exclusão. Assim corrobora Garcia:

Desta forma, nosso ponto de partida é conceber a educação como direito humano, e isso implica o entendimento de que, na história brasileira, diferentes grupos sociais tiveram o direito à educação escolar negado ou desigualmente usufruído. Na EJA, muito se avançou com a ajuda da organização da sociedade civil. Nesse sentido, a diversidade de saberes historicamente produzidos por esses grupos compõe, hoje, parte relevante do capital social do povo brasileiro. (2011, p. 18).

1.2 Desafios e importância da modalidade EJA

Moreira (2014) observa que a modalidade EJA constrói em sua trajetória a apropriação de conhecimentos, além de proporcionar outros campos de experiência, como a valorização dos espaços educativos e fortalecimento da sua identidade cultural e construção da cidadania, trazendo o sujeito para sociedade e potencializando sua autoestima.

Paulo Freire, em sua trajetória, apontava a necessidade de uma pedagogia humanista, que priorizasse as individualidades e vivências que cada aluno traz consigo, trabalhando num ambiente onde todos ensinam e todos aprendem, e aprendem em qualquer idade e tempo, pois “a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele” (FREIRE 2004, p.22).

A Educação de Jovens e Adultos traz em sua história faces de um modelo desigual, vivido na nossa sociedade, e carrega consigo o fardo das desigualdades sociais e econômicas do Brasil e as fragilidades de uma escola que exclui e nega o direito de aprender independentemente da idade. (PATTO, 2015).

A EJA, em contraponto, tem a responsabilidade de não errar, de não excluir novamente essas pessoas, pois a modalidade precisa ter um propósito explícito, o de ter pensamento crítico, que mova o sujeito, de modo a intervir na sociedade como destaca Gadotti (2005), evidenciando a necessidade do questionamento e da provocação, deixando claro que a EJA não pode ser construída apenas em cima das disciplinas, e que o professor tem papel fundamental nessa construção.

O docente tem papel essencial no processo de reingresso do aluno às turmas de EJA, auxiliando os estudantes no reconhecimento do seu potencial. É indispensável que a estrutura escolar compreenda que alunos da EJA tenham suas particularidades, pois eles já vivenciaram situações marcantes em suas histórias de abandono escolar. (PATTO, 2015).

A manutenção de um ensino de qualidade na EJA também pode ocorrer por motivos, como a falta de material didático e a falta de um sistema próprio e satisfatório, que abranja com êxito todos os alunos, nas mais variadas etapas. Porcaro argumenta:

Outro desafio para o educador da EJA é a falta de espaço para discussão de uma proposta pedagógica própria para esse público, que tem especificidades, necessitando tratamento diferenciado. Isso se dá pela ausência de um coordenador pedagógico com formação na área de EJA, para discutir dúvidas e dificuldades e, ao mesmo tempo, auxiliar pedagogicamente na educação de jovens e adultos. (2011, p.58).

Os desafios para os educadores só crescem, pois eles precisam aprender a construir pontes de diálogos com os estudantes, tendo em vista que existe uma heterogeneidade sociocultural que acompanha os educandos. Outro ponto importante, enquanto desafio, é a falta de uma proposta pedagógica própria para a EJA, que, além de não prever formação própria para esta modalidade, tem especificidades e necessidades de um tratamento diferenciado.

Do ponto de vista de Gadotti e Romão (2011), é de suma importância a formação específica e continuada voltada para a EJA, com intenções e debates, a fim de contribuir pedagogicamente para a educação de jovens e adultos. Faz-se necessária uma formação voltada para atuação na EJA, direcionada e pensada para a especificidade da modalidade, pois o uso da didática padrão sinalizada, por vezes, como infantil, contribui negativamente para o fortalecimento e efetividade da modalidade.

É uma humilhação para um adulto ter que estudar como se fosse uma criança, renunciando a tudo o que a vida lhe ensinou. É preciso respeitar o aluno adulto, utilizando-se uma metodologia apropriada, que resgate a importância da sua biografia, da sua história de vida. Os jovens e adultos alfabetizados já foram desrespeitados uma vez quando tiveram seu direito à Educação negado. Não podem, ao retomar seu processo educacional, ser humilhados, mais uma vez, por uma metodologia que lhes nega o direito de afirmação de sua identidade, de seu saber, de sua cultura. (GADOTTI, 2014 p.17).

Essa falta de especificidade já foi sinalizada durante a nossa graduação, pois na trajetória acadêmica o destaque esteve voltado para educação infantil, reforçando assim a desigualdade enfrentada pela modalidade EJA na universidade⁷ e na sociedade. Essa reflexão traz à tona que o problema da EJA começa na graduação, passando pela escola e estendendo-se para nossa sociedade.

De acordo com Luckesi:

O educador dificilmente poderá desempenhar seu papel na práxis pedagógica se não tiver uma certa compreensão da realidade ao qual atua.

⁷ No curso de Pedagogia do campus Litoral Norte, só há um componente específico de EJA. Porém, em muitas Universidades, não há nenhum.

O educador não poderá ser ingênuo no que se refere no entendimento da realidade ao qual vive e trabalha. Caso contrário, sua atividade profissional nada mais será que reprodutora da sociedade via senso comum hegemônico. (LUCKESI, 2003 p.116).

Outro fator ponderante é o fato dos jovens e adultos terem uma certa resistência para o novo, pois se encontram longe dos estudos por muito tempo, e isso acaba gerando neles uma baixa autoestima, que tem como origem o passado excludente em sua trajetória escolar.

O aluno adulto não pode ser tratado como uma criança cuja história de vida apenas começa. Ele quer ver a aplicação imediata do que está aprendendo. Ao mesmo tempo, apresenta-se temeroso, sente-se ameaçado, precisa ser estimulado para criar autoestima, pois a sua "ignorância" lhe traz tensão, angústia, complexo de inferioridade. Muitas vezes tem vergonha de falar de si, de sua moradia, de sua experiência frustrada da infância, principalmente em relação à escola. É preciso que tudo isso seja verbalizado e analisado. O primeiro direito do alfabetizando é o direito de se expressar. (GADOTTI, 2011 p.39).

Ainda, segundo Porcapo (2011), o conflito de gerações, interesses, posturas, impaciências e a diversidade cognitiva da turma são outros importantes desafios da modalidade.

CAPÍTULO 2

2.1 Revisão de Literatura

Foram realizadas buscas no repositório acadêmico LUME, da UFRGS, onde foram encontrados pesquisas e estudos de caso que se aproximam da temática presente nesse trabalho.

Foram buscados, dentro da centralidade do tema, descritores da pesquisa que abordam desafios, permanência, interrupções, escolarização de adultos e efetividade da modalidade de ensino.

Com isso, segue uma análise dos trabalhos selecionados:

Três pesquisas abordam principalmente a permanência do aluno na escola. O trabalho da pesquisadora Ivone Silva da Luz, intitulado: **Avaliação da Aprendizagem e a permanência de Alunas na EJA: um desafio para os educadores (2010)**, a investigação do pesquisador Eduardo Conrado Protti, intitulado: **Interrupções de Permanência dos Estudantes na Educação de Jovens e Adultos (2019)**, e a pesquisa intitulada **Educação de Jovens e Adultos: Encantamento e Permanência**, do autor Jeferson Ventura Machado (2012).

Entendemos, a partir das leituras, que as pesquisas se complementam. Segundo a autora Ivone Silva da Luz, a interrupção e/ou permanência do estudante na escola está diretamente conectada com a relação entre aluno e professor, resumindo, assim, o conceito de aprendizagem significativa através da troca de saberes. As relações conflituosas entre alunos, professores e direção são outro ponto apontado pela pesquisadora, por conta de falta de transparência e predominância das decisões, tornando o aluno um mero coadjuvante (LUZ, 2010). Já a pesquisa acadêmica de Protti (2019) aponta que problemas familiares, dificuldade de assimilação dos conteúdos trabalhados e a conciliação dos estudos com o trabalho, são as principais causas para a desistência. O autor aponta que o desinteresse afeta de forma potente o aluno, que muitas vezes está em sala de aula cumprindo a jornada estudantil, apenas como o intuito de cumprir uma exigência social ou trabalhista, sem pretensão alguma de adquirir conhecimento.

No trabalho do autor Jeferson Ventura Machado, são enfatizados, através de pesquisa quanti-qualitativa, fatores que levam à desistência, além de mecanismos de motivação e elementos que poderiam melhorar o ambiente escolar. Na visão de

Machado (2012), questões como as relações sociais, entre professor e aluno, e entre colegas jovens e adultos são algumas das causas para a desistência, pois, segundo ele, muitas vezes o docente não está preparado para a diversidade de público da EJA, com suas especificidades e particularidades. Lidar com esse público requer tolerância, pois muitas vezes os alunos chegam atrasados, esgotados com a jornada de trabalho, e precisam ser assistidos por um trabalho mais humanizado possível. Para lidar com a diversidade desse público, é preciso conhecer o aluno, aproximar-se da realidade dele, valorizar suas experiências, a fim de oportunizar as trocas de vivências. Diversidade de público, dentro na mesma sala de aula, é uma questão que o autor aponta, para o desinteresse de muitos. A faixa etária variada contribui para as relações conflituosas, visto que os interesses divergem. A socialização mais condescendente entre eles deve ser oportunizada pelo professor, fazendo o papel de mediador dessa relação, estabelecendo o diálogo e o respeito, não balizando a turma, mas unindo-os.

Os trabalhos pesquisados servem de reflexão para nossa pesquisa e para pontuar a necessidade de mudanças, tendo em vista que a problemática social que vivemos e os afastamentos e retornos inconstantes dos sujeitos jovens e adultos da escola exigem formação inicial realizada pela Universidade cada vez mais conectada com as necessidades pedagógicas da EJA, também pelas demandas do mundo do trabalho, que demonstram necessidade de educação permanente para os educadores.

2.2 Metodologia

Para desenvolver este trabalho, escolhemos a dimensão da pesquisa qualitativa que, segundo os autores Gerhardt e Silveira (2009), preconiza o aprofundamento e a interpretação sobre o objeto estudado.

De acordo com Gerhardt e Silveira (2009):

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

Para desenvolver a investigação, além da revisão bibliográfica e documental, no campo empírico, foram adotadas as técnicas com observações participantes, questionário com uma turma, entrevistas em forma de conversa com os estudantes da EJA e entrevistas com os docentes de uma escola pública, do município de São Leopoldo – RS, com o intuito de conhecer o funcionamento da modalidade na escola, buscar informações sobre a importância da EJA na vida dos alunos, levantar os motivos para o abandono/evasão escolar e compreender os mobilizadores do retorno à escola, mesmo diante das adversidades, além de verificar sugestões de melhoria para o ambiente escolar.

O questionário (apêndice 2) foi realizado com dezesseis (16) alunos, de uma turma, em etapas (mistas), com a finalidade de conhecer um pouco sobre a vida dos alunos, suas expectativas e dificuldades de seguir com os estudos.

A entrevista (apêndice 3) foi realizada com uma (1) coordenadora da EJA e com uma (1) professora, como forma de conhecer mais sobre a escola, sobre a identidade da EJA, apontando as dificuldades da modalidade na escola. A entrevista foi semiestruturada e gravada.

Todos os envolvidos na pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Corroboram na escolha desta técnica os autores Gerhardt e Silveira (2009, p.72), que apontam que as entrevistas semiestruturadas tornam-se uma ferramenta para que assuntos vinculados ao tema sejam falados de modo orgânico, livremente, incrementados por meio de mais detalhamento sobre o tema.

Sobre a pesquisa documental, indicamos que o estudo foi realizado com o Projeto Pedagógico da Escola (PPP) e com documentos norteadores da EJA, na cidade de São Leopoldo, compreendidos como ferramentas para compreensão histórica para a formação da modalidade EJA na escola.

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DOS DADOS E REFLEXÃO SOBRE A PESQUISA

3.1 Breve História da EJA em São Leopoldo

Como bem assegura Garcia (2011), o sistema de ensino para alunos de alfabetização e pós-alfabetização teve sua mudança transformadora no município de São Leopoldo após o ano de 1996, com o projeto de ensino chamado “Aprender é Possível”, e explica que “essa expressão foi cunhada pelo Professor Euclides Redin, em um artigo que levava o título ‘Aprender é Possível’. Redin autorizou e esteve presente na apresentação do Projeto para a comunidade, em 1996”. O referido projeto obteve autorização do Conselho Estadual de Educação e tinha como objetivo atender a parte da população que ainda demandava alfabetização e que eventualmente havia abandonado a escola ou nunca a havia frequentado.

O início da mudança é datado a partir de 1996, com a implantação de um projeto específico para atender alfabetização e pós-alfabetização (correspondente às séries iniciais do Ensino Fundamental). Esse projeto foi denominado “Aprender é Possível”. O Projeto “Aprender é Possível” foi assim batizado para representar que aprender é possível em qualquer tempo e idade, e, dessa forma, (essa chamada) deveria servir de inspiração para quem há muito tempo havia abandonado a escola. Esse foi o primeiro projeto próprio que a cidade de São Leopoldo criou para atender os cidadãos leopoldenses que desejavam se alfabetizar. (GARCIA, 2011, p. 133).

Importante salientar que durante o período em que o projeto “Aprender é possível” esteve ativo, as aulas eram ministradas em escolas da rede municipal e em outros espaços da cidade, como: nas dependências da Secretaria Municipal de Obras e Viação - SEMOV, no Hospital Centenário, no Quartel 16 – Pelotão Esperança, no Presídio, no Serviço de Abastecimento de Água - SEMAE e em empresas (GARCIA, 2011, p.133-134).

Conforme destaca Garcia (2011, p.135), nesse período existiam outras demandas de escolarização para jovens e adultos para além da Alfabetização, mas o fato de o município não ter, naquele período, a autorização para atender as séries finais gerou uma estratégia de abrir as turmas de turmas de 5ª série no turno da noite para atender, principalmente, os egressos das turmas de Alfabetização e Pós-alfabetização. A autora registra que, no período de 1996 a 2001, foram ofertadas 73 turmas de 5ª séries, com 2046 alunos. Destaca ainda que os alunos e a comunidade em geral solicitavam a continuidade dos estudos através de uma proposta de EJA que

atendesse os jovens e adultos, principalmente os que não podiam estudar durante o dia” (p.135).

Com isso, uma nova proposta se fez necessária para a população que desejava continuar estudando ou retornar aos estudos equivalentes aos anos finais do ensino fundamental:

Assim, com autorização do Conselho Estadual, o Município implementou, em 2001, o funcionamento das séries finais do Ensino Fundamental com metodologia específica para Educação de Jovens e Adultos nas escolas Paulo Beck, Prof^a Dilza Flores Albrecht e João Belchior M. Goulart. A autorização foi vinculada ao compromisso de que, nos anos seguintes, a SMED implantaria progressivamente as séries finais durante o dia nas escolas que oferecessem EJA. Dessa maneira, pode-se concluir que a implantação das etapas finais do Ensino Fundamental na EJA serviu de alavanca para a implantação do Ensino Fundamental completo no diurno nas escolas da rede já mencionadas. (GARCIA, 2011, p. 136).

Com as etapas vinculadas aos anos finais, a EJA foi se modificando, pois vários novos professores foram se inserindo, todos concursados pela rede municipal, assim como era no Projeto “Aprender é Possível”, porém muitos não possuíam experiência em EJA ou formação específica para atuar em EJA. A identidade da EJA como modalidade se tornava um caminho a percorrer e a manutenção de formação específica gerava muitos impasses na administração, como relata Garcia:

Entre tensões e divergências, a equipe responsável pela EJA na SMED mantinha a execução da proposta regimental que estava alicerçada no trabalho do projeto ‘Aprender é Possível’ e seguia uma identificação com a metodologia baseada em temas geradores, de Paulo Freire. No entanto, no mesmo período de ampliação, ocorreram mudanças de equipe de governo, e mesmo permanecendo o mesmo partido na administração da cidade, a equipe da SMED foi modificada e suas diretrizes também. (2011, p 135 -137).

Em 2005, com a diretriz assumida pela administração popular, liderada pelo Partido dos Trabalhadores, para o período 2005-2008, a EJA ganhou e força para se estabelecer como uma modalidade de ensino, reforçando a formação e diálogo com os sujeitos desse processo, como professores, alunos e comunidade. A administração, por meio da SMED:

Buscou viabilizar uma política de inclusão social, através da implementação da Educação de Jovens e adultos – modalidade do Ensino Fundamental, como também da criação de um projeto específico de alfabetização de jovens e adultos - Construção e Releitura no Universo da Educação de Jovens e Adultos – CORUJA, desenvolvido em parceria com a Fundação Educar do Banco do Brasil. (GARCIA, 2011, p. 145).

Conforme relatado por Garcia (2011), seguem os dados sobre ampliação da EJA na cidade: a gestão atuante entre 2005-2008, ampliou de 4 para 14 escolas com atendimento da EJA, mantendo uma média de 2000 a 2500 alunos. Já na gestão 2009-2012, o quadro se ampliou para 15 escolas, e atendeu à “pressão” da comunidade para que a EJA fosse ofertada também no turno diurno.

Nesse sentido, foi estabelecida a meta de atender 100% da população alfabetizada até 2012, sendo que o município conseguiu atingir 97%, conforme apurado pela UNESCO (considerando a população acima de 15 anos de idade). Somado ao aspecto de integrar toda a comunidade, a gestão da época ainda investia na democratização de todo o sistema de ensino, culminando assim na quebra de paradigma da gestão anterior, reforçando a comunicação com os “atores envolvidos”, inclusive com o retorno das eleições para a diretoria e supervisão das escolas.

Nesse sentido, a gestão dessa época se baseava em quatro pilares:

- 1) Construção de uma escola inclusiva;
- 2) Pesquisa, Produção e Socialização do conhecimento;
- 3) Democratização da Gestão e Espaço Escolar;
- 4) Profissionalização dos trabalhadores da educação. (GARCIA, 2011 p.147).

A autora destaca ainda que um dos momentos marcantes da efetivação da EJA como política pública foi a construção do currículo para a modalidade com objetivo de não ser uma cópia do ensino sequencial (regular) e isso só foi possível com a efetiva participação dos sujeitos da EJA (professores, gestores e estudantes) nesse processo.

a proposta construída para a EJA, em 2005, para a Rede Municipal, contou com a participação dos professores, equipes diretivas e funcionários. No entanto, faltava um segmento muito importante, que era a participação dos alunos nesse processo. Foi necessário retomar a discussão para que fosse compreendida e aceita a participação dos alunos, o que, efetivamente, vai acontecer, de forma organizada e sistemática, em 2007, com o 1º Congresso da EJA das Escolas Municipais de São Leopoldo-RS. (GARCIA, 2011, p 149)

Observa-se que, historicamente, em virtude desses avanços e recuos nos processos, cada vez se fazia mais necessária a formação de seminários/congressos e eventos, principalmente para integração e preparação dos envolvidos.

Em resumo, a experiência citada acima, demarcando o período que foi registrado na tese de Garcia (2011), mostrou que se faz necessária uma comunicação aberta entre governo, direção, supervisão, professores e, principalmente, alunos.

É de fundamental importância de que as políticas públicas estejam alinhadas no sentido de acolher jovens adultos e idosos, tendo em vista que o presente trabalho tentará demonstrar como todos os participantes desse processo de aprendizado possuem realidades diferentes. O conceito chave deve ser a democratização do ensino.

A consolidação de uma política de educação de jovens e adultos (EJA), concretizada na garantia de formação integral, de alfabetização e das demais etapas de escolarização, ao longo da vida, inclusive àqueles/as em situação de privação de liberdade. Essa política – pautada pela inclusão e qualidade social – prevê um processo de gestão e financiamento que assegure isonomia de condições da EJA em relação às demais etapas e modalidades da educação básica. (CONAE-Documento Final, 2010, Cap.III).

Atualmente, o documento que norteia o embasamento para os currículos escolares e produções de conteúdo educacional se chama Documento Orientador do Currículo do Território de São Leopoldo.

A justificativa para a construção da presente orientação advém da necessidade de que sejam produzidos materiais didáticos-pedagógicos afins com a realidade experienciada pelos sujeitos provenientes das comunidades de conhecimento que compõem São Leopoldo. (DOCUMENTO ORIENTADOR DO CURRÍCULO DO TERRITÓRIO DE SÃO LEOPOLDO/RS, 2021, p.9).

Esse documento orientador ressalta que a educação no município é pautada pelas seguintes leis vigentes: Constituição Federal, Leis de Diretrizes e Bases da Educação, Base Nacional Comum Curricular, Referencial Curricular Gaúcho, Conferência Nacional de Educação, Conferência Nacional Popular de Educação e Plano Municipal de Educação, além dos postulados de Paulo Freire (2009).

Dando encaminhamento a esses preceitos, a Secretaria Municipal de Educação (SMED) optou por manter uma relação de diálogo com a comunidade escolar, mantendo o documento de orientação com os seguintes princípios: Educação em Direitos Humanos, Gestão Democrática e Qualidade e Tecnologia, priorizando assim a educação libertária, com o objetivo de emancipar e libertar os sujeitos envolvidos no processo de ensino, através da ação e reflexão (DOCUMENTO

ORIENTADOR DO CURRÍCULO DO TERRITÓRIO DE SÃO LEOPOLDO/RS,2021, p.9, *apud* FREIRE 2018).

O documento referido acima indica ter sido escrito com a participação dos alunos, professores e demais integrantes da comunidade, conforme previsto na sua origem, abrangendo assim mais de 2 (dois) mil participantes em todas as escolas da rede municipal.

Os estudantes EJA, historicamente, são pessoas oriundas de diversas camadas sociais, culturais, étnicas, que trazem uma bagagem de diversas experiências e, por isso, precisam ser pensadas visando essas experiências e diferenças. É preciso considerar que o/a estudante dessa modalidade de educação é aquele que, muitas vezes, é excluído/a do próprio sistema de ensino, com uma passagem curta pela escola, ou é trabalhador/a não qualificado/a, que busca a escola tardiamente. (DOCUMENTO ORIENTADOR DO CURRÍCULO DO TERRITÓRIO DE SÃO LEOPOLDO/RS,2021, p.47).

3.2 Contexto da Pesquisa

A escola observada para o estudo de caso é uma escola municipal de ensino fundamental, situada no município de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. A escola iniciou suas atividades docentes em 15 de abril de 1996 e passou por diversas mudanças, acompanhando as transformações da comunidade onde está inserida.

Originada através de um acordo entre o setor de Estado, denominado, na época como 2ª Delegacia de Ensino, com a Prefeitura Municipal de São Leopoldo, ficou estabelecido que a escola vizinha transferiria uma parte de seus alunos das séries iniciais, de acordo com o zoneamento preestabelecido, para a escola nova. Essa iniciativa ocorreu para atender a demanda do bairro, que aumentava sua população devido ao assentamento das famílias transferidas. Após alguns trâmites burocráticos e impasses, somente em 3 de setembro de 1997 a escola passou a se chamar pelo seu atual nome. Com o passar dos anos, a escola ampliou-se, contando com dois pavimentos, quadra de esportes, entre outros. A maioria das salas de aula possuem ar-condicionado, e há pouco tempo a instituição recebeu da prefeitura 3 telas interativas.

A implantação da educação de jovens e adultos à noite iniciou-se no ano de 1998. Atualmente, o quadro discente abrange 598 alunos, sendo 35 os atendidos na

modalidade EJA. Desse número, 18 são do sexo feminino e 17 do sexo masculino, com idades entre 16 e 53 anos, divididos em duas turmas: uma mista, que atende a etapa 3,4 e 5 (respectivamente 6º, 7º e 8º ano) e uma que atende a etapa 6 (9º ano).

Vale salientar que o número de turmas pode sofrer variação de semestre para semestre, dependendo do número de alunos, uma característica dessa modalidade, onde a rotatividade de alunos ocorre com maior frequência. Quando iniciamos a pesquisa na escola no semestre passado, havia 64 alunos da EJA, divididos em 3 turmas: uma turma mista, de etapa 3 e 4 (6º e 7º ano), uma turma de etapa 5 (8º ano), e uma turma de etapa 6 (9º ano), lembrando que o 9º é a única turma que não pode misturar-se com as outras, independentemente da quantidade de alunos.

O número mínimo por turma deve ser de 15 alunos, por isso, no semestre em que foi realizada a pesquisa de campo, foi necessário juntar 3 etapas em uma turma só. Os alunos da noite são atendidos de modo presencial de segunda a quinta-feira, no horário das 18h às 22h. Nas sextas-feiras, as atividades ocorrem à distância.

3.3 A visão dos docentes sobre a EJA

Nas visitas até a escola, duas profissionais foram disponibilizadas para apresentar à escola, sanar e pontuar questões, compartilhar anseios e incertezas que a educação de jovens e adultos nos traz. Sob o olhar de duas experientes professoras, transcrevo as conversas que pautam essa pesquisa.

Durante as conversas, as professoras me relataram toda a luta que a EJA enfrenta, pois a cada ano que passa, diminuiu o número de alunos. Existe uma movimentação por parte da escola para que isso não ocorra, entretanto, a impressão que se passa, é que a EJA precisa estar sempre provando a sua importância social, como forma de se manter viva em virtude de questões políticas, crise econômica e familiar.

Segundo as docentes, os dois últimos anos de pandemia contribuíram para a diminuição de alunos e mudança perfilar, pois alunos mais jovens, que estudavam durante o dia, tiveram que ir para o mercado de trabalho, para ajudar a família, e alunos adultos têm procurado menos os espaços escolares, em função de problemas familiares, cansaço, filhos pequenos, entre outros. Essa diminuição de alunos já foi percebida com a troca de semestre, quando 29 alunos abandonaram os estudos.

A luta pela EJA é algo que comove. O brilho nos olhos dos educadores retrata o entendimento sobre a importância social daquelas turmas para a comunidade e para a vida de cada indivíduo matriculado.

De fato, tem alguma magia no ar, há uma cumplicidade dos alunos com os professores, uma participação e conhecimento sobre os alunos, sobre suas vidas privadas, além de uma busca por mais alunos. Em um dia de realização de estudo de caso, por exemplo, havia atividade externa para convidar a comunidade a voltar a estudar. Professora e alunos caminhavam pelas ruas e pela estação de trem, entregando panfletos, isso num dia extremamente frio. Sendo sabidos pela comunidade os riscos que a EJA corre, de ser extinta na escola, a mobilização em busca de alunos é evidente.

O apego da escola pela EJA, faz com que movimentações ocorram o tempo todo, visíveis por meio de ações: espalham cartazes pelas ruas, em postes, visitam outras escolas, divulgam nas redes sociais, caixa de correio, carros de som, anunciando a abertura de matrículas. A escola ano a ano, sofre ameaças para fechar a noite, pois, segundo as professoras entrevistadas, as gestões da Secretaria de Educação exigem números mínimos de estudantes por turma (quinze alunos), para poder manter aberta a oferta.

A escola enfrenta números expressivos de evasão. Somente esse ano, foram 25 estudantes que evadiram, sendo 17 estudantes do sexo feminino e 8 estudantes do sexo masculino. Segundo as professoras da escola, o expressivo número entre as mulheres ocorre em função de gravidez, filhos pequenos, falta de apoio do parceiro e da família, além do trabalho. As estudantes do sexo feminino são as que mais evadem e, em contrapartida, são elas que solidificam na modalidade, pois são a maioria.

As professoras apontam como ponto positivo da modalidade a questão do estudo resgatar a cidadania dos estudantes, e mencionam o quão fundamental e necessário é que seja encontrada uma maneira para que esse mesmo estudante vivencie experiências parecidas com aqueles dos alunos que frequentam as séries regulares experimentam, “pois estes contribuem para o desenvolvimento integral, ampliando sua capacidade de leitura de mundo e o exercício da cidadania”. (Documento Orientador de Currículo do Território de São Leopoldo/RS, p.47).

Os pontos negativos, apontados pelas professoras entrevistadas, são o desinteresse de alunos e a falta de um currículo específico para a modalidade.

As entrevistadas acreditam que a modalidade de Jovens e Adultos necessita oferecer uma educação que ultrapasse as disciplinas, da mediação de conteúdo para uma educação voltada para o pensamento crítico, e que essa construção de pensamento mova os alunos para ações na sociedade, visando intervir e contribuir, conforme Freire (1996, p.28) nos apresenta, para “a capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar, mas sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a”.

Sobre o currículo, antes da pandemia houve uma reunião e elaborou-se um currículo específico para a EJA, com o mínimo que deveria ser feito para o aluno ir para o ensino médio, delineado para a coletividade, mas não esquecendo as necessidades, e o tempo de cada aluno, unindo os interesses individuais e contextualizando na prática.

A escola contempla diferentes metodologias que se completam, baseadas nas diretrizes da educação, onde cada professor escolhe o seu método de acordo com o perfil da turma, buscando uma adaptação a cada realidade. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2016, p.34).

Existe uma preocupação da escola, para que a proposta pedagógica favoreça a democratização dos tempos e espaços escolares, ou seja, que a prática pedagógica fomente:

efetivo trabalho curricular que contemple a diversidade na aprendizagem de cada sujeito e a representação democrática dos estudantes, por meio dos conselhos de classe participativo, conselhos escolares e congressos da EJA. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2016, p.69).

As educadoras, em relação à avaliação escolar, relatam que os critérios contemplam três avaliações, podendo ter pequenas variações, dependendo da metodologia de cada professor. Alguns aplicam provas, mas a grande parte prefere trabalhos, por meio dos quais pratica-se a pesquisa, assim como garantem o empenho e a frequência do aluno. Alguns professores fazem as avaliações em todas as aulas, pois alunos da noite tendem a faltar muito, então o professor aproveita esses momentos. De acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola (2016), as avaliações são concebidas considerando os aspectos qualitativos e estes se sobressaem aos critérios mais quantitativos.

Quando se pergunta sobre mudanças ou ideias para que o fantasma do abandono e da evasão se afaste, as professoras apontam que deveria haver alguma iniciativa do Governo Federal, um incentivo, um auxílio / bolsa para os alunos que não

faltam, uma contribuição para esses alunos, que se encontram em uma situação financeira delicada, desesperados por trabalho, principalmente como foi esse período de pandemia que deixou muita gente sem recurso e trabalho.

[...] Um tempo que traz suas marcas de socialização e sociabilidade, de formação e intervenção. A juventude e a vida adulta como um tempo de direitos humanos, mas também de sua negação. (ARROYO, 2005, p.51).

Citam ainda que os anos de pandemia foram muito difíceis para esses alunos, e para a EJA em geral. Muitos alunos estavam sem internet, com aparelhos celulares incompatíveis ou danificados. Outra mudança apontada como necessária seria a alteração do horário de funcionamento, para as 18h30m até as 22h30m, pois muitos alunos trabalham até as 18h, alunos chegam com muito atraso.

Quando questionada sobre os conflitos de geração dentro de sala de aula, a supervisora aponta que existe, mas que há também diferentes conflitos em uma mesma geração. Cita alunos adolescentes mais voltados para as brincadeiras, e os adultos interessados em aprender, sem tempo para perder. Normalmente os conflitos são resolvidos entre eles mesmos, sendo que eventualmente precisam da interferência da professora ou da direção.

Numa conversa para o desenvolvimento desse estudo de caso, veio o momento nostalgia, quando a professora que trabalha na escola desde 1996 apontou tempos gloriosos da EJA em 1998, quando a escola recebia muitos alunos. A professora lembrou que no início havia turma de alfabetização e de pós-alfabetização.

Apontou que entre 2003 e 2004 a EJA foi suspensa na escola. A prefeitura considerou poucos alunos para manter a escola aberta. A EJA voltou a ser oferecida na escola apenas após uma reunião com o novo prefeito da época em 2005, mas sem turmas de alfabetização. As professoras novamente lembraram do passado, quando sempre havia formações, cursos de qualificação, visitas em outras escolas, um investimento maior do que hoje. Frisaram, por mais de uma vez, a necessidade de uma formação permanente, como forma de realização pessoal e como uma ferramenta para um serviço eficiente e qualificado.

A formação do profissional da educação está diretamente relacionada com o enfoque, a perspectiva, a concepção mesma que tem da sua formação e de suas funções atuais. Para nós, a formação continuada do professor deve ser concebida como reflexo, pesquisa, ação, descoberta, organização, fundamentação, revisão e construção teórica [...]. (GADOTTI, 2003, p.41)

Ter conhecido o contexto da instituição, analisando, conversando informalmente, escutando uma história aqui outra ali, humaniza o pensamento em relação à escola, pois é notório o envolvimento e o acolhimento que rondam os corredores, e pois existe uma preocupação que vai além do desenvolvimento escolar do estudante, a escola preza muito o desenvolvimento humano, através do diálogo.

3.4 Abandono e evasão escolar

A evasão e abandono escolar estão diretamente ligados ao nosso fracasso escolar e possuem conceitos diferentes, que afetam e atrasam o desenvolvimento pessoal e profissional dos alunos no Brasil. (PATTO, 2015).

De acordo com Patto (2015), fatores internos e externos à escola, como drogas, sucessivas reprovações, prostituição, falta de incentivo da família e da escola, necessidade de trabalhar, excesso de conteúdo escolar, vandalismo, falta de formação de valores e preparo para o mundo do trabalho influenciam diretamente nas atitudes dos alunos que se afastam da escola.

Patto (2015) aponta que a estrutura e desestrutura familiar, o contexto social, a violência, a instabilidade financeira e emocional, a instituição escolar pouco atrativa, autoritária, sem compreensão do seu papel social, assim como alunos desinteressados e indisciplinados, bem como a falta de interação de todos envolvidos podem contribuir para a evasão.

Aquino (2013) observa que a família é a base da estrutura educacional, e afirma que é no núcleo familiar que ocorrem as primeiras experiências educacionais. Portanto, as primeiras informações devem ser direcionadas pelos responsáveis da família. Desse modo, a falta de referências familiares geram desconforto, falta de vínculos entre outros problemas.

A reprovação e a evasão escolar são: um fracasso produzido no dia a dia da vida na escola e na produção deste fracasso está envolvido aspectos estruturais e funcionais do sistema educacional, concepções de ensino e de trabalho e preconceitos e estereótipos sobre a sua clientela mais pobre. Estes preconceitos, no entanto, longe de serem umas características apenas dos educadores que se encontram nas escolas, estão disseminados na literatura educacional há muitas décadas, enquanto discurso ideológico, ao se pretender neutro e objetivo, participa de forma decisiva na produção das dificuldades de escolarização das crianças das classes popular. (PATTO, p. 59, 2015).

Levantar hipóteses que apontam os fatores para o abandono/evasão escolar torna-se necessário para produzir políticas públicas, com o objetivo de contribuir para enfrentamento da exclusão social. De acordo com Patto (2015), a exclusão social, em uma de suas definições, pode ser considerada como resultado de práticas e ações que classes mais favorecidas têm sobre as menos favorecidas, de modo intermitente e subordinado.

Ao observar no sentido mais amplo, ainda sob o olhar da exclusão, é nítido que não houve apenas a privação do direito à educação, mas a negação de vários outros direitos, dentre eles, saúde, trabalho, assistência social e moradia, pois a aprendizagem é indutora da garantia desses outros direitos, tem valor social, e contribui significativamente para o enfrentamento das mais diversas formas de exclusão dentro da sociedade. (PATTO, 2015).

E as instituições, que não entendem as demandas que a sociedade escolar necessita podem contribuir para o aumento das taxas de abandono escolar. De acordo com Patto, (2015), o Estado não cumpre seu papel básico de alfabetização das crianças, excluindo-as precocemente de seu interior, numa espécie de “guerra de braço”, operando através de um artifício de rejeição, por ambos os envolvidos, escola e aluno. A escola não cumpre seu papel de aceitar o estudante como ele é, e o estudante não aceita a escola como ela funciona.

Para Libâneo, (2012) o ensino e a falta de vínculo com a realidade são fatores que desestimulam os alunos e contribuem para o crescimento da evasão escolar, de modo que a falta de estímulo a longo prazo traz consequências sociais. Com o alastramento da violência, aumenta a privação do ir e do vir faz com que muitos jovens adotem comportamentos violentos, como resposta às limitações que vivem.

Enfim, o abandono e a evasão apresentam-se em formas diferentes, sendo consequência de vários fatores, que transitam entre escolares, omissão das famílias na educação dos filhos e também fatores socioeconômicos.

3.5 Estudantes: quem são e o que dizem sobre a EJA?

Uma parcela significativa dos jovens que frequentam as salas de aulas da EJA já luta pela sua sobrevivência. Muitos, desde cedo, são responsáveis por suas famílias

ou foram abandonados por ela. Muitas vezes, necessitam assumir o papel de adultos na família e isso os leva ao afastamento da escola.

O perfil do aluno EJA é visto de maneira diferente, pois com as responsabilidades sociais e familiares, ele já vem com valores morais estabelecidos, pautados em suas experiências de vida. Muitos já chegam cansados na sala de aula, em função da sua jornada de trabalho. (BRASIL, 2006, p 04).

Faz parte do perfil do estudante da modalidade EJA a infrequência, devido aos mais diversos motivos, sendo os mais conhecidos: processos migratórios, subempregos, demandas familiares, instabilidades emocionais, financeiras etc.

É notório que o público da EJA é originário das classes baixas, perpetuando-se através das gerações, além daqueles sem trajetória escolar constituída, nunca tendo frequentado uma escola durante a infância. A EJA, de certa forma, adjetiva os alunos da modalidade, pois seu perfil é pautado em sua condição social. É preciso haver uma humanização, uma reconstrução desse perfil.

A EJA nomeia os jovens e adultos pela sua realidade social: oprimidos, pobres, sem-terra, sem teto, sem horizonte. Pode ser um retrocesso encobrir essa realidade brutal sob nomes mais nossos, de nosso discurso como escolares, como pesquisadores ou formuladores de políticas: repetentes, defasados, aceleráveis, analfabetos, candidatos à suplência, discriminados, empregáveis ... Esses nomes escolares deixam de fora dimensões de sua condição humana que são fundamentais para as experiências de educação. (ARROYO, 2001, p.223).

Os dados que serão aqui analisados foram obtidos através do questionário, aplicado em uma turma, de etapa mista. Os estudantes possuem idades de 16 a 53 anos com a presença maior das mulheres. Na tabela a seguir, estão representados elementos como idade, sexo e raça da turma.

TABELA 1- CARACTERÍSTICAS DOS 16 PARTICIPANTES DA PESQUISA

	Etapas 3,4,5	Etapa 6
IDADE	16-53 anos	16-20 anos
FEMININO	60%	66,7%
MASCULINO	40%	33,3%
BRANCO	80%	33,3%
NÃO BRANCO	20%	66,7%

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração da autora (2022)

GRÁFICO 1 - TOTAL TRABALHADORES

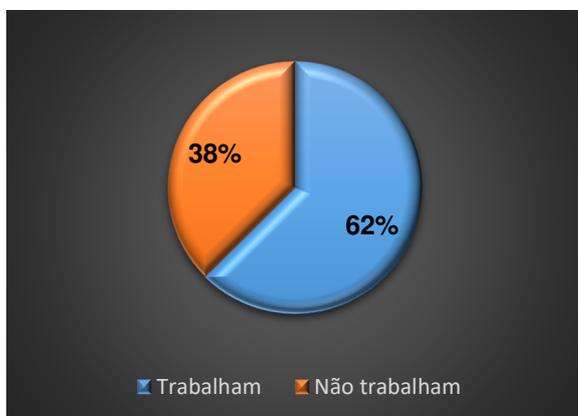
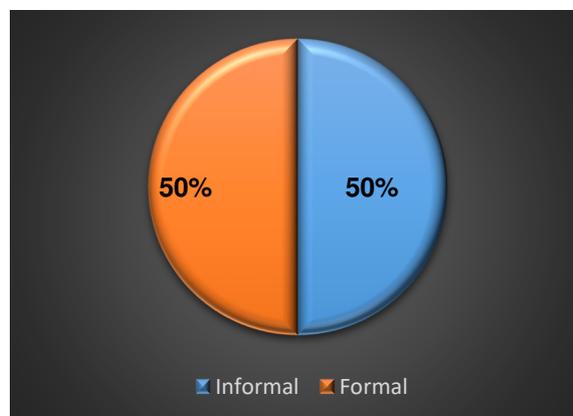


GRÁFICO 2 - TIPO DE TRABALHO



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração da autora (2022)

Em relação aos 62% dos estudantes que trabalham, 50% deles são responsáveis pela renda principal da família, enquanto os outros 50% trabalham para suprir suas despesas de caráter pessoal. Segundo a professora, essa parcela de alunos apresenta maiores dificuldades na aprendizagem, em função da dupla jornada. Os estudantes trabalhadores trabalham como: costureira, lavador de carros, porteiro, vendedor de frutas, auxiliar de marceneiro, entre outros.

Essa questão do trabalho é central para ser estudada na formação de professores e também na proposta pedagógica da escola, pois a EJA tem sua centralidade nos sujeitos trabalhadores. Conforme Garcia (2011), “muitos estudantes procuram a EJA tendo em vista a qualificação para se inserir ou reinserir no mundo trabalho, mas é também pelo trabalho que muitos desistem da EJA”.

Na tabela 2 a seguir, podem ser verificados os dados referentes ao tempo que os alunos ficaram afastados da escola, e quantos apenas trocaram de turno.

TABELA 2 - TEMPO AFASTAMENTO

	Alunas Mulheres	Alunos Homens	Total
Troca de turno	1	1	2
1 ano	3	0	3
2-3 anos	3	4	7
20-35 anos	1	1	2

Acima 40 anos	2	0	2
---------------	---	---	---

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração da autora (2022)

Em relação ao tempo que ficaram afastados da escola, os dados (tabela 2) nos indicam que dos estudantes entrevistados que frequentam a EJA, 62,5% estão afastados da escola por até 3 anos, 25% acima de 20 anos e 12,5% trocaram de turno.

De acordo com as repostas do questionário, apenas quatro (4) alunos já estudavam na EJA, no ano de 2021 enquanto o restante dos alunos iniciou seus estudos na modalidade no ano de 2022.

Os 16 participantes foram questionados sobre o motivo que os levou a abandonarem os estudos (tabela 3). Conforme observamos abaixo, o trabalho é a maior causa para o abandono dos estudos, representando 37,5%. As repostas dos alunos evidenciam o problema social e econômico que assola o nosso país, onde jovens precisam escolher entre trabalho e estudo. Esses jovens, por conta da necessidade, despreparo e falta de estudo, acabam se submetendo a subempregos, que não exigem formação básica ou comprovação de estudos. Muitos desses jovens e adultos são analfabetos funcionais⁸. Filhos e falta de acesso aparecem como principal fator para evasão entre as mulheres.

TABELA 3 – CAUSAS DO ABANDONO

Causas para o abandono	Masculino (n=16)	Feminino (n=10)	Total (n=16)
<i>Bullying</i>	1	1	2
Trabalho	3	3	6
Filhos	0	2	2
Doença	1	1	2
Problemas Familiares	1	1	2
Falta de acesso	0	2	2

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração da autora (2022)

⁸ Analfabetos Funcionais são indivíduos que reconhecem letras e números, no entanto, não compreendem textos e não conseguem realizar operações matemáticas simples.

Posteriormente, os 16 participantes foram questionados sobre as dificuldades enfrentadas para permanência na escola. Foram apresentados alguns fatores, dos quais foi necessário sinalizar se os mesmos faziam parte da sua vida classificando-os em: pouca, razoável e muita. Conforme tabela 4 apresentada a seguir, as maiores dificuldades estão: *conciliar trabalho, família e estudo, cansaço e desmotivação, dinâmica das aulas e os conteúdos*.

TABELA 4 - MAIORES DIFICULDADES

Dificuldades	Pouca	Razoável	Muita
Dificuldade de deslocamento	10	4	1
Conciliar trabalho, família e estudo	6	2	4
Desmotivação/ cansaço	10	0	4
Falta apoio familiar	11	4	0
Filhos	7	1	1
Medo da violência	6	5	2
Cond. Financeiras (transporte, material escolar)	6	2	1
Dinâmica das aulas	3	2	4
Conteúdo	2	6	4
Conflito de gerações	4	3	3

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração da autora (2022)

Segundo a professora, a dupla ou tripla jornada do aluno compromete diretamente a aprendizagem, pois os alunos chegam na sala de aula com a concentração comprometida, com sono e atrasos. Durante o período de observação, percebi que os alunos que trabalham chegam exaustos da correria do dia e a sala de aula se torna um “momento de relaxamento”, onde alguns chegam a cochilar. Sem dúvida, essa condição dificulta o desenvolvimento dos trabalhos dos professores e principalmente a efetividade do aprendizado.

Outros pontos apontados como dificuldades enfrentadas estão nas dinâmicas das aulas e os conteúdos. Essas questões são complexas, pois uma das particularidades da modalidade é ser multisseriada, ou seja, em uma única sala de

aula, pode ter mais de uma etapa. Esse obstáculo, segundo a professora, interfere na organização do seu trabalho, tendo relação direta com progresso de aprendizado do aluno.

Alguns alunos relataram que se sentem ociosos durante as aulas, fato que vai ao encontro do relato da professora, que menciona a necessidade de se desdobrar para atender diferentes interesses e as demandas cognitivas dos alunos. O ócio relatado tem ligação com o fato de os alunos terem que aguardar a professora passar os conteúdos de uma etapa, e depois de outra, assim como sentem-se desconfortáveis com a professora dando aula (conteúdo) para um grupo, enquanto precisam aguardar chegar a vez do seu grupo.

Durante a conversa com a docente, ela afirmou que se sente desconfortável com a situação e cansada com a sensação de estar em “falta com os alunos”, mesmo considerando estar dando o seu melhor, diante do cenário estabelecido, não podendo contar com um material didático efetivo para a faixa etária e/ou modalidade, e com a necessidade de trabalhar com o contexto e realidade de cada aluno, com afetividade e compreensão.

A professora enfatiza a necessidade de formação específica e continuada para atender na EJA, com subsídios para fornecer ao aluno uma educação que o desafie, os estimule, os tornando mais fortes. Encaminhar esse aluno para uma educação libertadora, auxiliar na construção de sua cidadania, apresentar a eles o que são os seus deveres e direitos. A docente aponta a necessidade de atender esse aluno, além das questões pedagógicas, frisa a necessidade de capacitá-los para libertá-los. Freire, nesse sentido, aponta:

A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É nesse sentido pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitadas da liberdade. (FREIRE, 1996, p.107).

Os alunos foram questionados sobre os motivos do retorno aos estudos, nível de escolaridade que pretendem, a escolha dessa escola e o que a escola poderia melhorar. As respostas foram as mais diversas possíveis sobre o retorno aos estudos. As respostas foram as seguintes:

“Sou muito nova para parar de estudar”.

“Minha mãe me obrigou”.

“Para ter um futuro melhor”.

“Para poder terminar pelo menos o ensino fundamental”.

“Para arrumar um trabalho decente”.

“Para fazer uma faculdade”.

“Porque eu adoro estudar”.

“Ser alguém”.

“Preciso ganhar mais, cansada de me matar trabalhando e ganhando pouco”.

Apenas um aluno menciona a intenção de fazer faculdade, como motivo para retorno aos estudos. Questionei os demais alunos sobre essa questão, e as principais respostas foram:

“Faculdade é coisa pra rico”.

“Já tô velha pra isso”.

“Até tenho vontade, mas com filho pequeno não dá”.

“Mesmo se conseguir bolsa, não tenho como ir”.

“Eu até sonhava com isso, mas de uns anos pra cá, minha vida virou de ponta cabeça”.

“Não me sentiria a vontade, aqui eu venho estudar, porque é todo mundo conhecido, igual”.

“O ensino deve ser muito puxado, aqui eu já tenho dificuldade, imagina lá”.

As respostas mostram o quanto esses alunos se sentem desqualificados intelectualmente e socialmente para estarem em uma faculdade. A baixa autoestima desses alunos demonstra uma característica dos estudantes da EJA, que tem relação com a história de insucesso escolar vivida por eles.

Em relação à escolha da escola, 100% dos alunos apontaram que é em função da localização, por ser perto de casa.

Abaixo, a tabela 5 apresenta as respostas dos alunos, quando questionados sobre o que a escola e/ou as aulas poderiam mudar.

TABELA 5 – MELHORIAS DA ESCOLA E/OU AULAS

Melhorias	
Flexibilidade da direção da escola	3
Liberação do sinal <i>Wi-fi</i>	2

Turmas Multisseriadas	2
Professora	1
Não souberam opinar	8

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração da autora (2022)

3 alunos apontam que a direção da escola deveria ser mais flexível e ouvir mais. 2 alunos apontam que a escola poderia ter *wi-fi* para o uso deles, 2 alunos apontam negativamente o fato de as turmas serem multisseriadas e 1 aluno menciona que, em específico, uma professora deveria ter aulas mais dinâmicas, os demais não souberam responder.

Quando os alunos apontam que a escola deveria ser mais flexível, isso tem relação com o fato de eles quererem ter um canal de comunicação com a direção, onde poderiam pleitear alguns desejos, como por exemplo, fazer uso de cigarros nos corredores e levar o filho junto para aula. Os alunos que apontam sobre o uso do *wi-fi*, mencionam que escola poderia disponibilizar uma rede apenas para os alunos da noite, e que entendem o fato de não liberarem para os outros turnos, especialmente pela fato dos usuários serem crianças. Complementam, ainda, que o uso de internet na sala de aula, seria de grande valia, justamente pelo fato de a professora ter uma grande demanda em sala de aula e que, assim, poderiam sanar algumas dúvidas, com o recurso de internet. Os alunos que mencionaram negativamente a questão das turmas multisseriadas, o que vai ao encontro de algumas das dificuldades dos alunos já apontadas nessa pesquisa.

Outra questão da pesquisa foi: Como você se sente, estudando na EJA?

As respostas foram: “Muito bem” e “Feliz” (8 alunos); “Jovem e Renovado” (02 alunos); “Um idoso” (01 aluno); “Triste” (02 alunos); “Estressada” (03 alunos). Os alunos que deram as repostas positivas representam mais da metade da turma e boa parte são os alunos com a faixa etária mais alta. Sentem-se reinseridos na sociedade. Já o restante da turma, de acordo com a conversa informal, menciona que gostariam de estar estudando do turno diurno, com os antigos colegas, pois acham cansativo à noite. Os alunos que mencionam estarem estressados apontam o conflito de geração como causa, pois de acordo com eles, não conseguem se concentrar com tamanho barulho que a turma faz.

Os alunos foram questionados sobre a importância dos estudos em suas vidas. Metade dos alunos acha importante estudar para ter um futuro melhor do que o presente. O restante dos alunos aponta que o estudo é importante para evoluir, para “não ficar para trás”; para servir de exemplo para os filhos.

A pesquisa sinalizou que tanto no questionário quanto nas conversas que tivemos fica evidente que eles consideram que o estudo só traz benefícios e sonham com um campo maior de possibilidades profissionais e pessoais, pois, segundo eles, “estudar abre a mente”, dissolve preconceitos enraizados, faz com que conheçam pessoas com ideais semelhantes de melhoria de vida, tenham visão de futuro, compartilham experiências etc. Uma jovem aluna me relatou que acha importante estudar, pois percebe claramente uma certa discriminação da sociedade com as pessoas que não têm muito estudo. Pensamento semelhante, um tímido aluno que me confidenciou que se sente envergonhado por “falar errado”, e ser corrigido por uma colega de trabalho. “Acho importante estudar, pra resolver o problema da minha vergonha, falo pouco porque me sinto inseguro”. Outra aluna, em seu relato, também associa a falta de estudo com “medo de passar vergonha”, como ela mesma diz em seu relato: “fui preencher uma ficha numa loja pra *trabalha* e precisava *escreve algumas coisa*, e toda hora eu tinha dúvida de como escrevia, fiquei com vergonha porque rabisquei tudo”.

Diante das respostas, acredito que o estudo não se reduz a apenas ler e escrever, ele é importante como instrumento de conquistas, empoderamento e libertação, pois quando se melhora a capacidade de comunicação numa sociedade letrada, conseqüentemente diminui-se a marginalização, e a angústia dessas pessoas. O sentido da educação, para Freire, se justifica:

[...] porque mulheres e homens aprenderam que é aprendendo que se fazem e se refazem, porque mulheres e homens se puderam assumir como seres capazes de saber, de saber que sabem, de saber que não sabem. De saber melhor o que já sabem, de saber o que ainda não sabem. A educação tem sentido porque, para serem mulheres e homens precisam de estar sendo. Se mulheres e homens simplesmente fossem, não haveria porque falar em educação. (FREIRE, 2020, p. 44).

Espera-se que a inserção de jovens na EJA na cidade de São Leopoldo seja permanente, problematizada e dialogada, pois é evidente diante, das respostas dos alunos, que “escola torna-se um passaporte identitário para esses jovens” (Garcia, 2011, p.185), e ainda segundo a autora:

pode-se dizer muito sobre os estudantes da EJA, mas não se pode deixar de dizer que eles estão em busca de serem homens e mulheres, com seus desejos, sonhos, medos e desesperanças, e que acreditam que a escola é um espaço de socialização de esperança dessa humanidade. (GARCIA, 2011, p.159).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esta pesquisa, voltamos ao seu início e destacamos que a pergunta mobilizadora foi saber quais eram os desafios e importância da modalidade EJA, sentida pelos gestores, educadores e educandos de uma escola pública. Seu objetivo geral consistiu em conhecer o funcionamento da EJA em uma escola municipal e compreender a importância da Educação de Jovens e Adultos como possibilidade para o enfrentamento da exclusão social no Brasil. Os objetivos específicos foram: a) compreender a finalidade da EJA, b) conhecer a história da escola e sua relação com a EJA. Desta forma entendemos que o percurso da pesquisa cumpriu com o que se propôs.

A pesquisa, pelos documentos analisados e pelas vozes dos interlocutores estudantes e professores, sinaliza que a educação de adultos ainda precisa ser considerada com a mesma relevância que o ensino sequencial (regular), no que tange ações, efetivação e políticas públicas. Vale destacar que o ensino de jovens e adultos não deve somente focar no processo de alfabetização desses cidadãos; há uma necessidade de estabelecer metodologias específicas de conhecimentos, e que tenha a mesma qualidade ou mais que o ensino sequencial regular, sobretudo por se tratar de jovens, adultos e idosos.

Os atores que integram as unidades de EJA demonstram cada dia mais uma fadiga entre suas relações, exigindo cada vez mais dos professores e alunos uma reinvenção diária.

As gestões governamentais e suas mudanças ao longo dos anos nem sempre mantiveram ofertas de EJA, não garantindo o direito à escolarização para os que precisavam desse tipo de ensino fornecido pelo Estado. Em alguns períodos, inclusive, retrocedeu. Somente a partir do estabelecimento da Lei de diretrizes e Bases da Educação a EJA tornou-se modalidade de ensino e com isso é de oferta regular para jovens, adultos e idosos, com o entendimento da sua importância e da representação para esses indivíduos.

Entretanto, vale destacar que ainda há muito o que se fazer para melhorar e efetivar a educação de jovens e adultos para um processo de ensino de qualidade e de efetividade. Para tanto, é preciso ações conjuntas do Estado cumprindo seu papel constitucional e de cobrança da sociedade civil para que de fato haja mudanças no sistema educacional brasileiro.

A EJA é um compromisso político de uma educação diferenciada. É desafiadora para os envolvidos, e com isso, é necessário idealizar e estabelecer políticas públicas que forneçam o acesso, sucesso e permanência destes estudantes, com a visão para a construção de uma sociedade democrática, voltada para a transformação social. É oportuno relembrar Freire (2004, p.30), que ressalta:

Se antes a alfabetização de adultos era tratada e realizada de forma autoritária, centrada na compreensão mágica da palavra, palavra doada pelo educador aos analfabetos; se antes os textos geralmente oferecidos como leitura aos alunos escondiam muito mais do que desvelavam a realidade, agora, pelo contrário, a alfabetização como um ato de conhecimento, como ato criador e como ato político, é um esforço de leitura do mundo e da palavra. (FREIRE, 2004, p. 30).

Sabemos que a sociedade precisa de condições e instrumentos que a dignifiquem, e a educação é a principal ferramenta para isso, ela traz entendimento, de conhecer direitos, deveres. A educação é o pilar social, para transformar a nossa sociedade mais plural, justa e igualitária.

Sociedade com educação, autonomia de pensamento se torna mais crítica e questionadora, não ficando à mercê da doutrinação “política”, tão presente e danosa, em tempos atuais.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Júlio Groppa. **Família e educação**: Quatro olhares. Papyrus Editora 2013

ARROYO, Miguel G. **Educação de jovens-adultos**: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia G. C.; GOMES, Nilma Lino (orgs.). Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19- 50.

ARROYO, Miguel. **A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão**. Alfabetização e cidadania: Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, Brasília: RAAAB, n. 11, p. 221-230, 2001.

BRASIL, **Resolução CNE/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000**. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em: 22 abr. 2022.

_____. **Constituição federal de 16 de julho de 1934**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10616954/artigo-150-da-constituicao-federal-de-16-de-julho-de-1934>. Acesso em: 23 abr. 2022.

_____. **Congresso Nacional. Constituição da República federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em 30 ago. 2022.

_____. Ministério da Educação – MEC. **Conferência Nacional de Educação CONAE: Construindo o Sistema Nacional Articulado de educação: O Plano Nacional de Educação**. Documento-Referência. 2009 e Documento Final. 2010. Diretrizes e Estratégias de Ação –. Brasil. Disponível no portal do MEC: www.mec.gov.br. Acesso em 19 nov. 2022.

_____. Ministério da Educação - MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Desafios da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos**. 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/confitea_docbase.pdf. Acesso em: 22 mai. 2022.

_____. Ministério da Educação, **Coleção trabalhando com a educação de jovens e adultos, Caderno 4: Alunos e alunas da EJA**. Brasília, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **A importância do ato de ler, em 3 artigos que se completam**. São Paulo: Ed. Cortes, 2004.

_____. **Cartas a Cristina, p. 193.** Editora Unesp 2ª edição revista, 2002.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 2009.

_____. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do oprimido.** 27 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

_____. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** Trad. de Kátia de Mello e Silva. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

_____. **Educação e Mudança.** São Paulo: Paz e Terra, 1983.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um Sonho: Ensinar-e-aprender com sentido.** São Paulo: Grubhas, 2003.

_____. **Pensamento Pedagógico brasileiro.** 5ª. Ed. São Paulo: Ática, 1994.

_____. **Por uma política nacional de educação popular de jovens e adultos.** 1ed São Paulo: São Paulo: Moderna: Fundação Santillana, 2014.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (org.) **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta.** 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; SOARES, Leôncio José Gomes. **História da Alfabetização de Adultos no Brasil. In: ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; LEAL, Telma Ferraz. (Orgs.). Alfabetização de Jovens e Adultos em uma perspectiva do letramento.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GARCIA, Elisete Enir Bernardi. **A política de Educação de Jovens e Adultos em São Leopoldo/RS, na Perspectiva de seus Sujeitos.** 2011. 302 f. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo/RS. 2011.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa** / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda (Org.). **Temas de pedagogia: diálogos entre didática e currículo.** São Paulo: Cortez, 2012.

LUCKESI, C.C. **Filosofia da Educação.** São Paulo, Cortez, 2003. pp. 115-120.

LUZ, Ivone da. **Avaliação da Aprendizagem e a permanência de Alunas na EJA: um desafio para os educadores.** Porto Alegre, 2010. Trabalho de conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: < <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/71981> > Acesso em 14 nov. 2022.

MACHADO, Jeferson Ventura. **Educação de jovens e adultos: encantamento e permanência.** Porto Alegre, 2012. Trabalho de conclusão de Curso de especialização em educação de jovens e adultos e educação de privados de liberdade. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: < <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/108392> > Acesso em 14 nov. 2022.

MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Desafios da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos.** 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/confitea_docbase.pdf. Acesso em: 22 mai. 2022.

MEC/SEF, 2002a. SANTOS, I. M. S. **Trajetória da Educação de Jovens e Adultos, S/d.** Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/4105/1/A-Educacao-De-Jovens-E-Adultos-NoBrasil/pagina1.html>. Acesso em 22 mai. 2022.

MOREIRA, Valéria da Silva. **Educação de Jovens e Adultos (EJA):** uma reflexão sobre o abandono escolar. Brasília – DF Universidade de Brasília / Faculdade de Educação, 2014. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/13165/1/2014_Val%C3%A9riaSilvaMoreira.pdf. Acesso em: 06 ago. 2022.

Parecer CNE\ CEB 11. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos,** 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf Acesso em: 21 abr. 2022.

PATTO, Maria Helena Souza. **A Produção do Fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia.** 2º ed. São Paulo, 1996.

PORCARO, R. C. **Os desafios enfrentados pelo educador de jovens e adultos no desenvolvimento de seu trabalho docente.** EccoS, São Paulo, n. 25, p. 39-57, jan./jun. 2011.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO-PPP EMEF [nome suprimido para manter o anonimato da escola], São Leopoldo, 2016.

PROTTI, Eduardo Conrado. **Interrupções e Permanência dos Estudantes de Educação de Jovens e Adultos.** Tramandaí, 2019. Campus Litoral Norte. Curso de Educação do Campo - Litoral Norte: Licenciatura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: < <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/197779> > Acesso em 14 nov.2022.

SCHEIBEL, Maria Fani; LEHENBAUER, Silvana (org.). **Reflexões sobre a educação de jovens e adultos – EJA.** Porto Alegre: Pallotti, 2006.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- SMED (**Documento Orientador de Currículo do Território de São Leopoldo** – São Leopoldo, RS, Brasil 2022.

TIBURI, Márcia. **Educação após Bolsonaro**. 2019. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/educacao-apos-bolsonaro/>> Acesso em: 14 nov. 2022.

APÊNDICE A – RESUMOS DAS REVISÕES DE LITERATURA

	RESUMO
<p>Autor: Machado, Jeferson Ventura</p> <p>Orientador: Fiss, Dóris Maria Luzzardi</p> <p>Nível Acadêmico: Especialização</p> <p>Título: Educação de Jovens e Adultos: encantamento e permanência</p> <p>Ano: 2012</p> <p>Portal: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/108392</p>	<p>A Educação de Jovens e Adultos, que é foco deste trabalho, convive com um número expressivo de evasões. Mas, em detrimento deste quadro, muitos estudantes permanecem em busca de seus certificados e, talvez, de conhecimentos para enfrentar suas dificuldades cotidianas. Este trabalho buscou identificar ações, organizações e situações que contribuem para a permanência do aluno na escola. Que escola encanta? Que escola é esta onde, apesar das dificuldades, alunos e professores semeiam sonhos e utopias? Ao identificar os motivos da permanência do aluno na caminhada do aprendizado, pretendemos salientar e valorizar situações que, mesmo não servindo de modelo, diminuam a grande evasão que encontramos na escola, principalmente na Educação de Jovens e Adultos. Da mesma forma, buscou-se compreender que movimentos significam a escola. Considerando esta situação complexa na qual rivalizam evasão e permanência, perguntou-se: O que faz este educando permanecer na escola? O que acontece, durante a caminhada do educando na escola, que toca seus sentimentos e faz com que ele mantenha o vínculo com a instituição? Exploramos tais questionamentos através, principalmente, de Paulo Freire, Rubem Alves e Moacir Gadotti, agregando Luiz Fernando Mileto, Gerson Tavares do Carmo e Juarez Dayrell, aos referenciais teóricos, conforme as análises tornaram isto necessário. O trabalho empírico envolveu entrevista de noventa alunos que frequentam esta modalidade de ensino, em uma escola pública municipal localizada em Porto Alegre. Concluiu-se que boa parte dos alunos entrevistados procura a Educação de Jovens e Adultos, nesta escola, motivados por uma necessidade de</p>

	<p>mobilidade social, buscando melhores postos de trabalho e, também, conhecimento ou certificação. Os fatores que podem determinar uma efetiva permanência na sua trajetória são de caráter relacional, estando articulados ao desejo de pertencimento ao grupo social, ou se associam à relevância e ao significado dos conteúdos aprendidos para os educandos.</p>
--	---

	RESUMO
<p>Autor: Gheno, Bruna Fraga</p> <p>Orientador: Fischer, Maria Clara Bueno</p> <p>Nível Acadêmico: Graduação</p> <p>Título: Histórias de vida e escolarização de adultos: entrelaçando sentidos</p> <p>Ano: 2012</p> <p>Portal: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/67885</p>	<p>O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) traz uma reflexão acerca dos sentidos da escolarização atribuídos por estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a partir de registros de suas histórias de vida. Esta inquietação é algo que a autora carrega consigo em sua trajetória e que se manifestou no estágio curricular obrigatório do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A pesquisa de abordagem qualitativa referenciou-se em outras pesquisas acadêmicas sobre o tema do TCC bem como estudos sobre o perfil do estudante da EJA e no Parecer CNE 11/2000. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, após entrevista-piloto, com três estudantes da EJA de uma escola do município de Porto Alegre, a mesma do Estágio. Os dados obtidos foram transcritos e analisados apoiando-se na revisão de literatura. Fatores associados à exclusão da escola – especialmente trabalho e relações de gênero – e na escola – normas disciplinares e bullying foram mencionados pelos estudantes para explicar as dificuldades de se manter estudando ou mesmo começar a estudar. Os depoimentos indicam que a volta e o ingresso à escola na idade adulta está associado ao tempo disponível para dedicar-se aos estudos e a instrumentalizar-se para enfrentar desafios cotidianos (como localizar-se na cidade e fazer compras). Expressam,</p>

	verbalmente, também, que estudar é “tornar-se gente”, o que pode remeter a ideias e sentimentos de autonomia, independência e cidadania.
--	--

	RESUMO
<p>Autor: Luz, Ivone Silva da</p> <p>Orientador: Genro, Maria Elly Herz</p> <p>Nível Acadêmico: Graduação</p> <p>Título: Avaliação da Aprendizagem e a permanência de Alunas na EJA: um desafio para os educadores</p> <p>Ano: 2010</p> <p>Portal: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/71981</p>	<p>Nos últimos anos, a presença de jovens tem sido marcante na Educação de Jovens e Adultos (EJA), principalmente nos grandes centros urbanos. São jovens que por uma série de motivos, “abandonaram” a escola, e que agora retornam a ela. Embora o tema Educação de Jovens e Adultos tenha sido objeto de muitas pesquisas, principalmente na área pedagógica, pouco tem contribuído com pesquisas e propostas práticas nesta área. Diante disso, esta pesquisa teve como objetivo fornecer dados empíricos sobre a avaliação, aprendizagem e permanência dos alunos da EJA em uma escola municipal do município de Estância Velha e evidenciar como referenciais teóricos podem fornecer subsídios para um melhor conhecimento dessa população. Os resultados encontrados devem servir de subsídio para a prática pedagógica da escola, que poderá repensar sua função, adotando um sistema de avaliação que contemple todo o processo de ensino-aprendizagem, através da ação-reflexão, numa visão crítica, desafiadora e transformadora, propiciando a permanência, o crescimento do aluno e do professor, levando-se em conta, a particularidade, as competências e habilidades de cada indivíduo, respeitando seus limites e diferenças. A problemática em estudo apresenta as relações de conflitos na escola, entre direção, professores e alunos da EJA com relação à avaliação e à falta de transparência nas decisões. Mostra também que a permanência do aluno na escola está relacionada às relações afetivas entre professor e aluno e a uma prática pedagógica pautada no diálogo e na troca de saberes e</p>

experiências apontando para uma aprendizagem significativa. À temática discutida ao longo do trabalho aborda aspectos como o analfabetismo no Brasil, as políticas públicas ao longo da história do Brasil, as iniciativas não governamentais, a função da Educação Básica regulamentada pela LDB que recebe de verbas do Fundeb com o objetivo de garantir uma escola de qualidade permanente e novas inserções no mundo do trabalho. Chama atenção as tentativas dos governos de elaborar Programa de Alfabetização de Adultos, mas sempre com propostas assistencialistas, pensando em compensar os direitos à eles negado. A pesquisa traz os aportes teóricos, com ênfase na concepção freireana, que sustentam o processo de aprendizagem e de avaliação do Aluno jovem e Adulto. As pesquisas indicam que a aprendizagem é construída através da experimentação constante e que o professor precisa estar consciente de que “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou construção.” (FREIRE, 2002, p. 25). Mostra também que a avaliação do processo de ensino aprendizagem exige reflexão, discutindo a valorização de práticas diversificadas. Os dados coletados evidenciam uma prática desvinculada de uma concepção crítica, onde a participação dos alunos nas decisões da escola mostrou-se parca. Os dados coletados com relação à aprendizagem, a permanência e a avaliação apresentados, confirmam a indicação de estudos científicos. A estratégia mais produtiva e valorizada, após período de resistência, foi à participação e o diálogo com os alunos. Dar voz aos Jovens e Adultos foi fundamental uma vez que para alguns, essa experiência representou aprendizagem com significado diante do fato de não terem espaço para serem ouvido.

	RESUMO
<p>Autor: Mattes, Kelli Caroline</p> <p>Orientador: Genro, Maria Elly Herz</p> <p>Nível Acadêmico: Graduação</p> <p>Título: EJA: entre utopia e prática de qualidade</p> <p>Ano: 2010</p> <p>Portal: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/71977</p>	<p>A Educação de Jovens e Adultos, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, é uma modalidade de ensino desenvolvida com o intuito de proporcionar a formação daquelas pessoas que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio, na idade própria. Implementada pelos padres jesuítas com o objetivo de garantir a dominação dos índios pelos europeus, forçando a conversão à fé católica e aos costumes da Europa, em sua história manteve o caráter dominador e o objetivo de garantir a ampliação da produtividade, fiel à ideologia capitalista. Diversos governos (assistencialistas, ditadores ou populares) se passaram até que a EJA fosse efetivamente reconhecida como modalidade de ensino e fosse garantido o debate democrático visando a elaboração colaborativa de práticas que visem o desenvolvimento das capacidades do indivíduo. Tendo perpassado em sua história por variadas concepções de educação e se revestido de diferentes roupagens – da tradicional à pedagogia libertadora – na atualidade desenvolve-se pautada em fóruns de discussão, numa legislação que reconhece a necessidade de haver um currículo específico e metodologias apropriadas à modalidade e já tem garantido investimento através do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Neste cenário, a presente monografia é voltada à reflexão sobre a forma como tem sido desenvolvida esta modalidade de ensino, estando especificamente focada nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental. É resultante de pesquisas bibliográficas de diversos autores da área da educação e da análise reflexiva referente ao período de estágio curricular obrigatório, realizado com alunos de Educação de Jovens e Adultos, do 3º ao 5º ano. O objetivo</p>

	<p>geral foi investigar a implementação da Educação de Jovens e Adultos no país, perpassando pelos programas e campanhas implementados, com o intuito de compreender a modalidade na atualidade a partir da análise de suas fases de implementação, bem como, a partir da análise dos referenciais e indicadores de qualidade na educação, destacados pela UNICEF, PNUD e INEP – MEC em Indicadores da qualidade na educação/ Ação Educativa, por João Catarin Mezomo em Educação qualidade: a escola volta às aulas e por Cecília Braslavsky em Dez fatores para uma educação de qualidade, dentre outros autores, questionar a forma como tem se desenvolvido essa modalidade de ensino. A partir da minha experiência durante o período de estágio pude perceber a precariedade do material didático disponibilizado a essa faixa etária, a preferência por parte dos alunos pela metodologia tradicional de ensino (onde reproduziam suas vivências do mercado de trabalho e as lembranças do curto período em que frequentaram a escola), o desinteresse inicial pela pesquisa, debate e construção colaborativa do conhecimento, além da não utilização de tecnologias e materiais concretos que enriqueceriam a aprendizagem. A partir destas constatações e da bibliografia pesquisada, percebi a necessidade de mudanças significativas. Observando-se os indicadores abordados nesta monografia, sem dúvida alguma, serão reduzidos os índices de evasão, será ampliado o aproveitamento escolar e o educando jovem ou adulto encontrará na sala de aula o que busca e necessita: uma educação de qualidade que garanta o seu desenvolvimento.</p>
--	--

	RESUMO
Autor: Protti, Eduardo Conrado	Referida pesquisa apresenta um estudo à Educação de Jovens e Adultos (EJA), no município de Xangri-Lá/RS, na

<p>Orientador: Garcia, Elisete Enir Bernardi</p> <p>Nível Acadêmico: Graduação</p> <p>Título: Interrupções e Permanência dos Estudantes da Educação de Jovens e Adultos</p> <p>Ano: 2019</p> <p>Portal: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/197779</p>	<p>modalidade de ensino com a proposta de formação no ensino fundamental e formação profissional em conjunto. Tenta-se, assim, apresentar o funcionamento da EJA e suas especificidades a partir de um estudo de caso realizado na escola Municipal Major João Antônio Marques localizada naquele município. Objetivou-se analisar a motivação pela escolha e os motivos das interrupções dos estudos na modalidade de ensino – EJA. Para isso, buscou-se compreender o funcionamento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Xangri-Lá, para tal, traçou-se um perfil dos estudantes da EJA e identificou-se possíveis causas que podem levar a evasão escolar dos jovens e adultos que optaram por tal modalidade de ensino. A metodologia está alicerçada na pesquisa quali-quantitativas, na forma de estudo de caso e as técnicas de pesquisa foram observação participante, questionário e entrevista. Concluiu-se com a referida pesquisa que os alunos tem como objetivo maior terminar os estudos e geram as seguintes expectativa com a conclusão do ensino fundamental a possibilidade de um “futuro melhor” devido a terem mais chance de inserirem-se no mundo do trabalho e reagem ao abandono dos estudos com um sentimento de culpabilidade, como se os mesmos fossem os únicos responsáveis por tal decisão.</p>
--	---

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO

Idade: Sexo:

Turma/etapa/totalidade:

Trabalho: () sim () não

Trabalho: () formal () informal . Qual?

Desde quando estuda na EJA?

Quanto tempo fora da escola:

Por qual motivo você precisou parar de estudar?

Você parou em qual série?

Qual motivo (s) para retorno aos estudos?

Qual o principal motivo (s) para a escolha desta escola?

Em que a escola poderia melhorar?

Qual nível de escolaridade que pretendem atingir?

Qual a importância dos estudos na sua vida?

Como se sente estudando na EJA?

Já pensou em desistir novamente? () Sim () Não

Quais suas dificuldades para permanência na escola:

	Pouca	Razoável	Muita
Dificuldades			
Dificuldade de deslocamento			
Conciliar trabalho, família e estudo			
Desmotivação/ cansaço			
Falta apoio familiar			
Filhos			
Medo da violência			
Condições financeiras (transporte/ material escolar)			
Dinâmica das aulas			
Conteúdo			
Conflito de gerações			

APÊNDICE C – ENTREVISTA COM OS DOCENTES

1. Quais os pontos positivos da EJA?
2. Quais os pontos negativos da EJA?
3. Cite um ponto que compromete diretamente a aprendizagem do aluno?
4. O que a EJA deve oferecer ao aluno?
5. Importância de uma formação específica para atender a EJA
6. Como é elaborado o currículo?
7. Como é feita a avaliação escolar do aluno?
8. Na sua opinião, quais mudanças e/ou ideias para a redução da evasão escolar?
9. Como os alunos enfrentam o conflito de gerações em sala de aula?

ANEXO A – TECLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PARTICIPANTE

PESQUISA: UM ESTUDO SOBRE A FUNCIONALIDADE, POTENCIALIDADE E DIFICULDADES VIVIDAS, SENTIDAS PELOS GESTORES E DOCENTES DA EJA OFERTADA NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL

Estamos desenvolvendo uma pesquisa sobre a EJA no município de São Leopoldo – RS, realizada pela graduanda Alessandra Caetano da Silva, que pode ser contatada pelo telefone (51) 984893009, residente na rua Pio XI, 167, São Leopoldo, e-mail alessandra.caetano2014@gmail.com, tendo como orientadora do trabalho a professora Dra. Elisete Enir Bernardi Garcia (professora orientadora da UFRGS), que pode ser contatada pelo telefone (51) 995584073, e-mail: elisete.bernardi@ufrgs.br.

Você é convidado(a) a participar deste estudo. A seguir, esclarecemos e descrevemos as condições e objetivos do estudo:

NATUREZA DA PESQUISA: Esta é uma pesquisa que tem como finalidade investigar a funcionalidade (potencialidade e dificuldades) da EJA na Escola Municipal de Ensino Fundamental [nome suprimido para manter o anonimato], que atualmente oferece esta modalidade de ensino.

PARTICIPANTES: Participarão desta pesquisa, gestores e professores que atualmente exercem suas funções junto à EJA, em regime integral ou parcial.

ENVOLVIMENTO NA PESQUISA: Ao participar deste estudo você deverá responder um questionário e será entrevistado pela aluna pesquisadora, por não mais de 20 minutos. Você tem a liberdade de se recusar a participar ou desistir em qualquer momento que decida. Sempre que quiser mais informações sobre este estudo, pode entrar em contato com a aluna pesquisadora e com a orientadora.

SOBRE O QUESTIONÁRIO/ENTREVISTA: Serão solicitadas algumas informações básicas/perguntas sobre sua formação, tempo de exercício docente, composição das turmas, dificuldades e potencialidades da EJA.

RISCOS: Os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da ética na pesquisa, conforme a Resolução 466/2012 e a Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde. Os possíveis riscos sobre a divulgação dos dados serão resolvidos com cuidado e respeito, de acordo com a manifestação do respondente.

CONFIDENCIALIDADE: Todas as informações coletadas nesta investigação são confidenciais, sem que haja identificação de particularidades dos entrevistados. Os resultados obtidos na pesquisa serão utilizados para alcançar os objetivos do trabalho expostos acima, incluindo a possível publicação na literatura científica especializada.

BENEFÍCIOS: Ao participar desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto; entretanto, esperamos que futuramente os resultados deste estudo contribua para os estudos da era.

PAGAMENTO: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, bem como não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para que participe desta pesquisa. Para tanto, preencha os itens que se seguem:

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, entendi os objetivos desta pesquisa, bem como, a forma de participação. Eu li e compreendi este Termo de Consentimento, portanto e concordo em participar.

Local e data: _____

(Assinatura do participante)

Eu, obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do sujeito da pesquisa para a participação na pesquisa.

Alessandra Caetano da Silva (Pesquisadora)